

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	5
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	7
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	10
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	11
1.13 Acordos de acionistas	12
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	13
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	14
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	15
2.2 Resultados operacional e financeiro	25
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	27
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	28
2.7 Destinação de resultados	29
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	38
3.2 Acompanhamento das projeções	39
4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	40
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	55
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	56
4.4 Processos não sigilosos relevantes	57
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	58
4.6 Processos sigilosos relevantes	59
4.7 Outras contingências relevantes	60
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	

## Índice

5.2 Descrição dos controles internos	61
5.3 Programa de integridade	62
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	65
6.3 Distribuição de capital	69
6.4 Participação em sociedades	70
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	71
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	72
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	74
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	75
7.4 Composição dos comitês	80
7.5 Relações familiares	81
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	82
8. Remuneração dos administradores	
8.2 Remuneração total por órgão	83
8.3 Remuneração variável	87
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	88
8.11 Ações entregues	89
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	90
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	91
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	92
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	93
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	94
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	95
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	96
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	97
11. Transações com partes relacionadas	
11.2 Transações com partes relacionadas	98
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	99

## Índice

---

12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	100
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	101
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	104
12.5 Mercados de negociação no Brasil	105
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	106
12.7 Títulos emitidos no exterior	107
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	108
13.1 Declaração do diretor presidente	109
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	111
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	113

## 1.1 Histórico do emissor

A Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (“Pampa Sul” ou “Companhia”) é uma geradora de energia elétrica sob o regime de produção independente, com base em autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) por meio da Portaria nº 84, de 30 de março de 2015, conforme alterada pelo Despacho ANEEL nº 3364, de 02 de outubro de 2017 e complementada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 5584, de 01 de dezembro de 2015, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 7011, de 15 de maio de 2018. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao MME. O objeto social da Companhia é a geração de energia elétrica por meio da implantação e operação da Usina Termelétrica Pampa Sul (“UTE Pampa Sul” ou “Usina”), localizada no município de Candiota (RS).

A Companhia foi constituída em 31/10/2001, com prazo de duração indeterminado e, desde 31/05/2023, está sob o controle acionário do Grafito Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e do Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, os quais adquiriram o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A.

Em julho de 2015, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu a Licença de Instalação para a UTE Pampa Sul. O projeto UTE Pampa Sul foi aprovado como empreendimento prioritário para geração de energia pelo MME, por meio da Portaria nº 187, de 8 de maio de 2015, e fornece energia elétrica para o mercado por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), contribuindo para a estabilidade do sistema energético brasileiro.

Em abril de 2018, a Companhia, contratou financiamentos com o BNDES, no valor de R\$ 728.950 mil, os quais foram integralmente liberados durante os anos de 2018 e 2019. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção do parque gerador.

Em 13/06/2019, o IBAMA emitiu a Licença de Operação (LO) 1520/2019, autorizando a operação da Usina Termelétrica Pampa Sul, com capacidade de 345,0 MW, do reservatório de abastecimento, da Linha de Transmissão 525 KV e da correia transportadora de carvão.

Em 28/06/2019, a Aneel autorizou a operação comercial da Usina Termelétrica Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW e garantia física de 323,5 MW médios. A Usina utiliza o carvão mineral de jazida como combustível para geração de energia elétrica e sua energia está contratada pelo prazo de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28/11/2014, ao preço de R\$ 201,98/MWh referenciado a novembro de 2014.

Em 27/02/2020, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou a submissão do pedido de registro de companhia emissora de valores mobiliários em mercados regulamentados na categoria “B” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480/09, o que também foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data. Em 04/05/2020, a Companhia teve deferido seu registro de emissor de que tratava a Instrução CVM nº 480/091, vigente na data de registro, na categoria “B”.

Em 22/07/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de debêntures em duas séries, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, vigente na

## 1.1 Histórico do emissor

data de emissão, com o valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o valor total de R\$ 340 milhões, sendo (a) 102.000 (cento e duas mil) Debêntures da primeira série e (b) 238.000 (duzentas e trinta e oito mil) Debêntures da segunda série. Os recursos obtidos serão destinados, exclusivamente para reembolso de parte dos custos de implantação da Usina, a qual foi enquadrado como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia - MME, permitindo assim que as Debêntures contem com o benefício fiscal previsto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e demais normas aplicáveis. A data de vencimento será 15/04/2028, para as Debêntures da Primeira Série (“Data de Vencimento da Primeira Série”), e 15/10/2036, para as Debêntures da Segunda Série (“Data de Vencimento da Segunda Série”), ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, previstas na escritura de emissão.

Em 17/09/2020, na 211ª Reunião do Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia e na 74ª Reunião do Conselho de Administração da Pampa Sul, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$ 582 milhões, da Pampa Sul, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 4003, de 29 de dezembro de 2003, vigente na data de emissão, e posteriores alterações sob regime de garantia firme de colocação.

Em 17/03/2021, a até então controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, comunicou a seus investidores e ao mercado em geral a retomada do processo de venda da totalidade de suas ações detidas na Pampa Sul. A potencial operação de alienação está em linha com a estratégia de descarbonização do Grupo ENGIE em todo o mundo, focada em atividades de baixa emissão de carbono, como geração de energia renovável, gás natural e infraestrutura.

Em setembro de 2022, a ENGIE Brasil Energia comunicou a assinatura do contrato de venda da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A., último ativo a carvão do seu portfólio, avançando assim na estratégia de se tornar uma geradora 100% renovável. A expectativa para o fechamento da operação é o segundo trimestre de 2023.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 06/01/2023, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em R\$ 104.100.000,00 (cento e quatro milhões e cem mil reais), integralizados mediante capitalização do saldo da conta Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) existente em 31/12/2022, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.076.692.000,00 (um bilhão, setenta e seis milhões, seiscentos e noventa e dois mil reais), para o total de R\$ 1.180.792.000,00 (um bilhão, cento e oitenta milhões, setecentos e noventa e dois mil reais), com a emissão de 104.100.000 (cento e quatro milhões e cem mil) ações ordinárias, todas subscritas pela então acionista ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”), tudo com a anuência e expressa concordância da então outra acionista ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”) que renunciou ao seu direito de preferência para subscrição de ações. Em 30/05/2023 foi aprovado em AGE o aumento de capital social da Companhia em R\$ 37.249.368,00 (trinta e sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais), integralizados mediante capitalização do saldo da conta de AFAC existente em 30/05/2023, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.180.792.000,00 (um bilhão, cento e oitenta milhões, setecentos e noventa e dois mil reais) para o total de R\$ 1.218.041.368,00 (um bilhão, duzentos e dezoito milhões, quarenta e um mil, trezentos e

## 1.1 Histórico do emissor

sessenta e oito reais), com a emissão de 37.249.368 (trinta e sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito) ações ordinárias, todas subscritas pela então acionista ENGIE, com a anuência e expressa concordância da então outra acionista EBC, que renunciou ao seu direito de preferência para subscrição de ações. Na AGE realizada em 26/07/2023, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), integralizados em moeda corrente, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.218.041.368,00 (um bilhão, duzentos e dezoito milhões, quarenta e um mil, trezentos e sessenta e oito reais) para o total de R\$ 1.268.041.368,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, quarenta e um mil, trezentos e sessenta e oito reais), com a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pelas atuais acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia.

Além disso, em decorrência da operação de alienação do ativo e troca do controle acionário, ocorreu a eleição de novos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, ficando a Companhia composta por uma diretoria de três membros e por um Conselho de Administração de seis conselheiros.

Posteriormente, em 18/12/2025, ocorreu a substituição do Diretor Presidente, sem alteração na composição dos órgãos de administração.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e operação da UTE Pampa Sul, localizada em Candiota, no estado do Rio Grande do Sul. A Usina, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 28 de junho de 2019 para operação comercial, possui capacidade instalada de 345 MW e garantia física de 323,5 MW médios. A Companhia está sujeita à regulamentação da Aneel, autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), responsável pela regulação do setor elétrico no Brasil.

A UTE Pampa Sul utiliza carvão mineral de jazida como combustível, sendo sua localização estrategicamente definida por estar na principal região carbonífera do país, conforme estabelecido no Leilão A-5 realizado em 28/11/2014.

Também foram desenvolvidos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Ambiental com participação efetiva das comunidades de Candiota e Hulha Negra, de modo que elas possam desfrutar de um crescimento urbano ordenado, prevenindo a degradação ambiental, melhorando a qualidade de vida e buscando o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades.

### Processo de Geração

A UTE Pampa Sul utiliza carvão mineral de jazida como combustível principal na geração de energia elétrica. O processo se inicia com a extração do carvão, ao qual são adicionados calcário calcítico e dolomítico, com o objetivo de reduzir emissões poluentes e aumentar a eficiência da combustão. O diesel é empregado como combustível secundário. A queima do carvão e calcário na caldeira aquece a água, gerando vapor. Quando atingidas as condições ideais de temperatura e pressão, ocorre a geração de energia. A usina está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de um Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, composto por uma Subestação Elevadora 20/525 kV e uma Linha de Transmissão em 525 kV, com cerca de 15 km de extensão, em circuito simples, interligando-a à Subestação Candiota 2 (525/230 kV).

### Energia Contratada

Em 28/06/2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a operação comercial da UTE Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW e garantia física de 323,5 MW médios. A energia gerada está contratada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), na modalidade por disponibilidade, firmados no Leilão A-5 realizado em 28/11/2014. O volume contratado totaliza 294,5 MW médios, com prazo de 25 anos (vigência até 31/12/2043), distribuído entre 37 distribuidoras. A usina possui autorização para operar por 35 anos, com vigência até 30/03/2050. Após o término dos contratos no Ambiente Regulado, a Companhia poderá comercializar a energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em novos leilões no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) ou no mercado de curto prazo.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

### b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor.

Empresas do setor elétrico, especialmente geradoras, estão sujeitas a extensa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Essa legislação abrange temas como licenciamento ambiental, emissões atmosféricas, supressão de vegetação e intervenção em áreas protegidas.

#### Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira exige licenciamento prévio para atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tanto na instalação quanto na operação e em eventuais ampliações do empreendimento. As licenças devem ser renovadas periodicamente, sendo considerada prorrogada sua validade caso a renovação seja solicitada com pelo menos 120 dias de antecedência ao vencimento, até que o órgão ambiental se manifeste.

O processo de licenciamento ambiental, em regra, envolve três etapas: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), emitidas conforme a fase do empreendimento. A validade dessas licenças depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente, que definem medidas e padrões mínimos de conformidade ambiental. Na fase de comissionamento de usinas termelétricas, podem ocorrer desconformidades devido à calibração e testes dos equipamentos. Nesses casos, a empresa deve realizar os ajustes necessários, comunicando ao órgão licenciador as ações adotadas.

A ausência de licença ambiental, mesmo sem ocorrência de dano efetivo, configura crime ambiental, sujeitando o infrator à reparação de danos e sanções administrativas, como multas federais de até R\$ 10 milhões, podendo ser dobradas ou triplicadas em caso de reincidência, além da interdição das atividades. O descumprimento das condicionantes também pode gerar penalidades semelhantes.

A UTE Pampa Sul possui Licença de Operação (LO) válida até 13/06/2029, emitida pelo IBAMA, para operação da usina com 345,0 MW, incluindo o reservatório, a linha de transmissão de 525 kV e a correia transportadora de carvão.

#### Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode se dar nas esferas civil, administrativa e criminal, de forma independente. A responsabilização em uma esfera não exclui a possibilidade de responsabilização nas demais.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, prescinde da comprovação de culpa, bastando a existência de dano e nexo de causalidade. O poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, direta ou indiretamente. Essa responsabilidade é solidária, não sendo afastada pela contratação de terceiros, caso estes não atuem em conformidade com as normas ambientais.

No âmbito penal, a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) aplica-se a pessoas físicas ou jurídicas que, com dolo ou culpa, pratiquem atos lesivos ao meio ambiente. As sanções à pessoa jurídica incluem: (i) prestação pecuniária, (ii) suspensão parcial ou total da atividade, (iii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iv) proibição de contratar com o poder público ou de obter incentivos, subsídios ou doações.

A responsabilidade administrativa decorre de conduta (ação ou omissão) que viole normas ambientais e exige comprovação de dolo ou culpa. As penalidades incluem advertência, multas de até R\$ 50 milhões (passíveis de duplicação ou triplicação em caso de reincidência), embargo ou suspensão de atividades, demolição de obras e restrições ao acesso a linhas de crédito públicas.

A Companhia mantém o compromisso de cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável, incluindo as condicionantes previstas nas licenças e autorizações ambientais.

### **Certificações e conformidade legal**

A Companhia encontra-se em processo de elaboração de políticas ambientais que definirão diretrizes voltadas à qualidade, meio ambiente, saúde, segurança do trabalho e responsabilidade social.

### **c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

### **d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros**

#### **i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos político:**

A Companhia não realizou contribuições financeiras a ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

#### **ii. em favor de partidos políticos:**

A Companhia não realizou contribuições financeiras a partidos políticos.

#### **iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos:**

A Companhia não realizou contribuições financeiras para custear atividades de influência em decisões de políticas públicas, incluindo participação na elaboração de atos normativos.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### **a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

Até maio de 2023, a UTPS pertencia à ENGIE, o qual possuía, como principal meio de divulgação de informações sociais, ambientais e de governança da Companhia, o Relatório de Sustentabilidade, elaborado anualmente pela Companhia com base nas diretrizes e padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI), metodologia internacionalmente reconhecida desde a versão de 2007, e agregou, desde 2019, o *framework* da *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Desde junho de 2023, a UTPS, com os novos controladores, passou a elaborar anualmente o Relatório de Sustentabilidade com base nas diretrizes e padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI), assegurado por terceira parte independente. Este relatório é encaminhado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis.

### **b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

O Relatório é elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI Standards), principal padrão internacional para relato de informações ambientais, sociais e de governança. O alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU, também são considerados na metodologia.

### **c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

O Relatório de Sustentabilidade, nas edições do ano base 2023, 2024 e 2025, foi verificado e assegurado pelo Grupo de empresas da SGS, que é terceira parte independente e líder mundial em inspeções, análises e verificações, com operações em mais de 140 países.

### **d. A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

O relatório é encaminhado diretamente a Aneel, mas não há atualmente publicação do mesmo por parte da companhia.

### **e. Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

A Companhia realiza a divulgação de sua matriz de materialidade e de indicadores-chave de desempenho ASG no Relatório de Sustentabilidade.

Em 2025, a UTE Pampa Sul atualizou seu estudo de dupla materialidade, com base em práticas de engajamento de stakeholders alinhadas a referenciais como a AA1000. O processo envolveu consultas a stakeholders internos e especialistas, a partir de temas previamente identificados pela Companhia como relevantes ao seu contexto operacional.

Como resultado desse processo, foram definidos os temas materiais e seus respectivos indicadores GRI a serem reportados, abrangendo as seguintes frentes:

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Acesso a Capital - GRI 3-3 | 201-1
- Governança Climática - GRI 2-9 a 2-13 | 2-19 | 2-20 | 2-23 | 3-3 | 201-2
- Pesquisa e Inovação em Eficiência e Sustentabilidade - GRI 2-6 | 2-25 | 3-3
- Desempenho e Confiabilidade Operacional - GRI 2-6 | 3-3 | 302-3 | 403-1 a 403-10
- Descarbonização e Compromissos Setoriais e Corporativos – GRI 3-3 | 305-1 a 305-5
- Transição Energética e Adequação Competitiva – GRI 3-3 | 201-2 | 203-1 | 302-1 | 302-3
- Eficiência no Uso da Água e Gestão de Efluentes - GRI 3-3 | 303-1 a 303-5
- Gestão de Resíduos e Circularidade – GRI 3-3 | 301-1 | 306-1 a 306-5

### f. Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Os ODS são considerados como referência complementar ao processo de materialidade, apoiando o alinhamento entre os impactos do negócio e as prioridades globais de desenvolvimento sustentável.

A análise evidencia aderência predominante aos ODS 6, 8, 9, 12, 13, 16 e 17, considerando as características operacionais da UTE Pampa Sul e seus principais impactos e oportunidades.

Esses ODS estão associados aos temas materiais da Companhia, refletindo suas principais frentes de atuação: Acesso a Capital (ODS 8); Governança Climática (ODS 13 e 16); Pesquisa e Inovação em Eficiência e Sustentabilidade (ODS 9 e 17); Desempenho e Confiabilidade Operacional (ODS 8); Descarbonização e Compromissos Setoriais e Corporativos (ODS 13); Transição Energética e Competitividade (ODS 9 e 13); Eficiência no Uso da Água e Gestão de Efluentes (ODS 6); e Gestão de Resíduos e Circularidade (ODS 12).

### g. Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade não segue formalmente as recomendações da TCFD. Entretanto, contempla divulgações relacionadas a governança, estratégia, gestão de riscos e métricas climáticas, incorporadas de forma transversal ao processo de reporte de sustentabilidade e alinhadas a práticas amplamente adotadas no mercado.

### h. Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas.

O Inventário não é publicado, entretanto foi elaborado a partir dos conceitos, princípios e diretrizes estabelecidos pela metodologia *GHG Protocol*, utilizando as suas especificações para contabilização e quantificação de Inventários Corporativos de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### i. Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

#### **i) a não divulgação de informações ASG**

Como a divulgação não é obrigatória, a UTE Pampa Sul optou por não divulgar neste momento.

#### **ii) a não adoção de matriz de materialidade**

A matriz de materialidade é realizada conforme mencionado no item 1.9.e. anteriormente apresentado.

#### **iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

A adoção de indicadores-chave de desempenho ASG foi realizada conforme mencionado no item 1.9.e. anteriormente apresentado.

#### **iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

A auditoria sobre as informações ASG foi realizada conforme mencionado no item 1.9.c. anteriormente apresentado.

#### **v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

As informações referentes a consideração dos ODS e recomendações parciais da TCFD estão apresentadas nos itens 1.9.f e 1.9.g. anteriormente apresentado.

#### **vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

A realização de inventário de emissão de gases do efeito estufa estão apresentadas no item 1.9.h. anteriormente apresentado.

### **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

A Companhia não efetuou aquisições nem alienações de ativos, fora do curso normal de negócios, considerados relevantes no período.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 06/01/2023, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em R\$ 104.100.000,00 (cento e quatro milhões e cem mil reais), integralizados mediante capitalização do saldo da conta Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) existente em 31/12/2022, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.076.692.000,00 (um bilhão, setenta e seis milhões, seiscentos e noventa e dois mil reais), para o total de R\$ 1.180.792.000,00 (um bilhão, cento e oitenta milhões, setecentos e noventa e dois mil reais), com a emissão de 104.100.000 (cento e quatro milhões e cem mil) ações ordinárias, todas subscritas pela então acionista ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”), tudo com a anuência e expressa concordância da então outra acionista ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”) que renunciou ao seu direito de preferência para subscrição de ações.

Em 30/05/2023 foi aprovado em AGE o aumento de capital social da Companhia em R\$ 37.249.368,00 (trinta e sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais), integralizados mediante capitalização do saldo da conta de AFAC existente em 30 de maio de 2023, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.180.792.000,00 (um bilhão, cento e oitenta milhões, setecentos e noventa e dois mil reais) para o total de R\$ 1.218.041.368,00 (um bilhão, duzentos e dezoito milhões, quarenta e um mil, trezentos e sessenta e oito reais), com a emissão de 37.249.368 (trinta e sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito) ações ordinárias, todas subscritas pela então acionista ENGIE, com a anuência e expressa concordância da então outra acionista EBC, que renunciou ao seu direito de preferência para subscrição de ações.

Na AGE realizada em 26/07/2023, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), integralizados em moeda corrente, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.218.041.368,00 (um bilhão, duzentos e dezoito milhões, quarenta e um mil, trezentos e sessenta e oito reais) para o total de R\$ 1.268.041.368,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, quarenta e um mil, trezentos e sessenta e oito reais), com a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pelas atuais acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia.

As atas podem ser acessadas nos websites de relações com investidores da Companhia (<https://www.pampasulenergia.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### 1.13 Acordos de acionistas

Encontra-se arquivado na sede da Companhia o “*Acordo de Acionistas da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.*”, celebrado em 15/09/2022 entre Grafito Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, conforme aditado em 05/05/2023 e 31/05/2023 (“Acordo de Acionistas”).

A Companhia aderiu ao Acordo de Acionistas por meio do segundo aditamento, na qualidade de interveniente anuente.

### **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

Até a data deste Formulário de Referência, não ocorreram alterações relevantes na condução dos negócios da Companhia.

### **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

A Companhia, até a data deste Formulário de Referência, não celebrou contratos relevantes alheios às suas atividades operacionais.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas neste item foram extraídas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025 e 31/12/2024, elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

### a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os diretores, com base nos itens expostos abaixo, entendem que a companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementação do seu plano de negócios e cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. A tabela a seguir apresenta as principais informações financeiras relacionadas ao resultado e ao fluxo de caixa da companhia para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

Valores em R\$ mil	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	948.651	977.845
<b>Custos da energia vendida</b>	(769.946)	(745.497)
<b>Despesas com vendas, gerais e administrativas</b>	(29.093)	(28.611)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	(4.728)	(30.072)
<b>Resultado financeiro</b>	(295.738)	(293.267)
<b>Imposto sobre o lucro</b>	50.151	40.664
<b>Prejuízo do exercício</b>	(100.703)	(78.938)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	158.466	241.921
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	(63.302)	(99.595)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	(75.855)	(56.811)
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	19.309	85.515

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre o prejuízo do exercício e o EBITDA para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

Valores em R\$ mil	2025	2024
<b>Prejuízo do exercício</b>	(100.703)	(78.938)
<b>Depreciação e amortização</b>	185.747	150.787
<b>Resultado financeiro</b>	295.738	293.267
<b>Impostos sobre o lucro</b>	(50.151)	(40.664)
<b>EBITDA</b>	330.631	324.452

O EBITDA apresentado pela companhia segue a orientação estabelecida na Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, que regula a divulgação de indicadores não contábeis. Ressalta-se que o EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas normas contábeis internacionais ou pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, não deve ser considerado isoladamente, como substituto do lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

fluxos de caixa operacionais ou de liquidez. Além disso, por não possuir definição padronizada, o EBITDA pode não ser comparável a indicadores similares divulgados por outras companhias.

### Informações relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025

✓ Desempenho operacional – No ano de 2025, a Usina atingiu uma geração bruta total de 2.213,51 GWh, o que representou um aumento de 6,09% em relação à geração de 2024 (2.086,37 GWh) e de 36,7% comparado aos 1.525,73 GWh registrados em 2023. Este crescimento é atribuído, primordialmente, ao elevado despacho adicional por Ordem de Mérito e às demandas crescentes do Sistema Interligado Nacional (SIN). O índice de disponibilidade (ID) médio anual foi de 83,94%, refletindo um desempenho consistente, apesar de instabilidades pontuais no sistema elétrico nacional. O desempenho reforça o papel estratégico da planta na segurança energética e na modicidade tarifária do país.

✓ Geração de caixa operacional e resultado líquido – O EBITDA em 2025 foi de R\$ 330.631 mil, representando um aumento em relação ao apurado em 2024, que foi de R\$ 324.452 mil. Ainda assim, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 100.703 mil no exercício, em razão, principalmente, das despesas financeiras associadas ao endividamento, impactadas pela atualização monetária dos instrumentos de dívida, bem como pelo aumento das despesas de depreciação e amortização.

✓ Paradas da Usina – No exercício de 2025, a companhia executou uma Parada de Curta Duração (PCD) em maio, focada na mitigação de riscos operacionais e preservação da confiabilidade. Adicionalmente, em outubro de 2025, a usina enfrentou uma indisponibilidade forçada de aproximadamente 16 dias, com disponibilidade mensal reduzida a 54,1% no referido mês. Este evento não decorreu de falhas internas, mas de um blecaute generalizado no SIN provocado pela explosão de um reator na linha de transmissão Ibiúna–Bateias (PR), que afetou o sistema de controle da turbina da Pampa Sul. Nos meses subsequentes, a planta retornou à sua normalidade operacional.

### Informações relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024

✓ Desempenho operacional - No ano de 2024 a Usina atingiu uma geração total bruta de 2.086,37 GWh, superando em 39,69% a meta planejada de 1.493,28 GWh. Este desempenho também representou um aumento de 36,7% em relação à geração de 2023, que foi de 1.525,73 GWh, e de 83,93% comparado aos 1.134,30 GWh registrados em 2022. O aumento observado na geração em relação a 2023 é atribuído, principalmente, ao significativo acréscimo no despacho adicional por Ordem de Mérito e pelas demandas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Destaque especial para o mês de maio, quando o aumento da geração foi fundamental para mitigar os impactos causados pela catástrofe climática que atingiu o estado do Rio Grande do Sul. Este desempenho reflete o compromisso da Usina em atender às necessidades do sistema e reforça sua contribuição para a segurança energética do país.

✓ Geração de caixa operacional e resultado líquido – o EBITDA em 2024 foi de R\$ 324.452 mil, R\$ 59.850 mil (22,6%) abaixo do apurado em 2023, de R\$ 264.602 mil.

✓ Paradas da Usina – a Pampa Sul executou parada para revisão geral no mês de setembro, entre os dias 01/09/2024 e 27/09/2024 para manutenções motivadas pelo atingimento de 25.000

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

horas da turbina, revisão da caldeira e seus periféricos, bem como, na linha de transmissão 525kV, Subestação e Bay de conexão.

### b. Estrutura de Capital

Os diretores da companhia entendem que a estrutura de capital está adequada frente sua alavancagem financeira e condizente com seu perfil de geração de caixa e risco. O plano de negócio da companhia estima uma elevada geração operacional de caixa, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela administração.

Os principais componentes da estrutura de capital da companhia são os seguintes:

Valores em R\$ mil	2025	2024
<b>Endividamento bruto</b>	1.855.095	1.824.076
<b>(-) Caixa e equivalentes de caixa</b>	(150.422)	(131.113)
<b>(-) Depósito vinculado</b>	(134.751)	(121.620)
<b>Endividamento líquido<sup>1</sup></b>	1.569.922	1.571.343
<b>Endividamento de longo prazo (% do total do endividamento)</b>	92,1%	92,1%
<b>Patrimônio líquido</b>	1.115.177	1.115.177
<b>Grau de alavancagem<sup>2</sup></b>	58,5%	58,5%
<b>Composição da estrutura de capital:</b>		
<b>- Capital próprio (patrimônio líquido / passivo total)</b>	35,1%	35,1%
<b>- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)</b>	64,9%	64,9%

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da companhia, considerando o seu perfil de endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, acreditam que a companhia possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos hoje existentes.

Neste quadro estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela companhia.

Valores em R\$ mil	2025	2024
<b>EBITDA</b>	330.631	324.452
<b>Despesa financeira bruta</b>	315.864	315.864

<sup>1</sup> O endividamento líquido não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O endividamento líquido é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA.

<sup>2</sup> Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido). O grau de alavancagem não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Despesa financeira líquida</b>	295.738	293.267
<b>Endividamento bruto</b>	1.855.095	1.824.076
<b>Endividamento líquido</b>	1.569.922	1.571.343
<b>Endividamento líquido / EBITDA</b>	4,7	4,8
<b>Endividamento bruto / EBITDA</b>	5,6	5,6
<b>EBITDA / Despesa financeira bruta</b>	1,0	1,0
<b>Fluxo de caixa operacional - método indireto</b>	158.466	241.921

O endividamento líquido em 31/12/2025 foi de R\$ mil 1.569.922, representa 4,75 vezes o EBITDA apurado em 2025, de R\$ mil 330.631. Embora a Companhia tenha auferido prejuízo de R\$ 100.703 milhões, os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de cumprir com quaisquer obrigações de pagamento, haja vista o capital circulante positivo em R\$ 75.809 mil, o patrimônio líquido elevado e sua própria capacidade de geração de caixa operacional. Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpriu com todas as obrigações financeiras, e manteve assiduidade nos pagamentos de todos os compromissos.

Por fim, no exercício social findo em 31/12/2025, a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros.

### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia não prevê financiamento para o seu capital de giro e novos investimentos em ativos não circulantes.

### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Em caso de necessidade de financiamento para capital de giro, a Companhia poderá realizar chamadas de capital ou renegociar condições restritivas junto aos titulares das obrigações garantidas.

### **f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

As principais informações sobre o financiamento contratado estão descritas a seguir:

#### **(i) Contrato de financiamento relevante condições contratadas:**

Bancos	Juros	Condição de pagamento		Valores em R\$ mil	
		Vencimento	Principal e juros	2025	2024
BNDES	TJLP + 3,09% a.a.	01/2036	Mensais	789.978	758.626

Garantias do financiamento: As garantias do financiamento são: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão dos direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações; (d) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (e) hipoteca dos terrenos urbanos de sua propriedade destinada à implantação do projeto; (f) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; e (g) conta reserva em valor correspondente a 3 meses das despesas contratuais de operação e de manutenção. A conta reserva em montante equivalente a 3 meses do

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

serviço da dívida e das despesas de operação e de manutenção foi devidamente composta pela Companhia, conforme determinação contratual.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia.

Remuneração	Encargos	Condição de pagamento			Valores em R\$ mil	
		Principal	Vencimento	Garantia	2025	2024
<b>IPCA + 6,25% a.a.</b>	Semestral	Semestral a partir de 10.2021	04/2028	Garantia real	72.354	89.083
<b>IPCA + 7,50% a.a.</b>	Semestral	Semestral a partir de 10/2028	10/2036	Garantia real	318.022	304.355
<b>IPCA + 4,50% a.a.</b>	Semestral	Semestral a partir de 10.2021	04/2028	Garantia real	105.016	128.808
<b>IPCA + 5,75% a.a.</b>	Semestral	Semestral a partir de 10/2028	10/2036	Garantia real	569.725	543.204

### Informações adicionais:

Em 23.09.2020, a Companhia emitiu 340.000 debêntures, em duas séries, com valor nominal de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 340.000 mil (R\$ 337.727 mil, líquidos dos custos de captação) – 1ª emissão.

Em 16.11.2020, a Companhia emitiu 582.000 debêntures, em duas séries, com valor nominal de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 582.000 mil (R\$ 512.487 mil, líquidos dos custos de captação) – 2ª emissão.

As condições contratadas estão mencionadas no quadro acima.

Os recursos obtidos têm como objetivos o reembolso de parte dos custos de implantação da usina e a otimização da estrutura de capital da Companhia.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não adota nenhuma política de subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível do balanço patrimonial que integra as demonstrações contábeis e, dessa forma, em caso de uma eventual situação de recuperação judicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05, e suas alterações posteriores, para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

**(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento e à contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Em 2024 e 2025 a Companhia estava sujeita aos seguintes compromissos contratuais (*covenants*) – índices e limites financeiros – estabelecidos em seus financiamentos e suas debêntures:

Dívida	Covenants
<b>BNDES</b>	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq$ 1,2

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

**Debêntures - 1ª e 2ª emissões** Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)  $\geq 1,1$ <sup>3</sup>

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Conforme padrão aplicado aos contratos celebrados junto ao BNDES, a Companhia possui restrições à contratação de novas dívidas, à alienação de ativos, à alienação de controle acionário e à emissão de novos valores mobiliários, que dependem de prévia e expressa anuência do banco financiador, com exceção da faculdade da Companhia em emitir debêntures incentivadas no valor de até R\$ 1,2 bilhão. Além disso, a Companhia somente poderá distribuir dividendos acima do mínimo legal estatutário de 10% (dez por cento) após o *completion* financeiro, que depende do cumprimento de algumas condições precedentes pela Companhia. Não há outras restrições impostas à Companhia em seu contrato de financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

### **g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia não possui limites para serem utilizados dos contratos de dívidas vigentes.

### **h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

**h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 preparadas de acordo com o IFRS e o CPC**

Valores em R\$ mil	2025	% da receita	2024	% da receita	2024 versus 2025 (%)
--------------------	------	--------------	------	--------------	----------------------

<sup>3</sup> Maior ou igual a 1,1 para fins de vencimento antecipado e maior ou igual a 1,2 para fins de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, exceto dividendos mínimos estatutários. Ressalta-se que existem outras obrigações que devem ser cumpridas concomitantemente para a distribuição de recursos adicionais aos acionistas, como por exemplo atingir o *completion* do projeto

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	948.651	100	977.845	100	-3
<b>Custos da energia vendida</b>					
Combustível para produção de energia elétrica	-212.093	-22,4	-228.316	-23,3	-7,1
Depreciação e amortização	-185.747	-19,6	-150.787	-15,4	23,2
Materiais e serviços de terceiros	-103.793	-10,9	-105.725	-10,8	-1,8
Energia elétrica comprada	-145.569	-15,3	-134.637	-13,8	8,1
Pessoal	-46.929	-4,9	-39.606	-4,1	18,5
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-37.132	-3,9	-35.416	-3,6	4,8
Seguros	-37.350	-3,9	-43.918	-4,5	-15
Outros	-1.333	-0,1	-7.092	-0,7	-81,2
	-769.946	-81,2	-745.497	-76,2	3,3
<b>LUCRO BRUTO</b>	178.705	18,8	232.348	23,8	-23,1
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas, gerais e administrativas</b>	-29.093	-3,1	-28.611	-2,9	1,7
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	-4.728	-0,5	-30.072	-3,1	-84,3
	-33.821	-3,6	-3.272	-0,4	933,6
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>	144.884	15,3	173.665	17,8	-16,6
<b>Resultado financeiro</b>					
<b>Receitas financeiras</b>	36.663	3,9	22.597	2,3	62,2
<b>Despesas financeiras</b>	-332.401	-35,0	-315.864	-32,3	5,2
	-295.738	-31,2	-293.267	-30,0	0,8
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	-150.854	-15,9	-119.602	-12,2	26,1
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	50.151	5,3	40.664	4,2	23,3
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	-100.703	-10,6	-78.938	-8,1	27,6
<b>Nº de ações</b>					
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS</b>	-0,07942		-0,06225		

**Receita Operacional Líquida**

Em 2025, a receita operacional líquida da Companhia alcançou R\$ 948.651 mil, representando uma queda de R\$ 29.194 mil (3%) em relação a 2024. Essa variação negativa decorre, principalmente, da combinação dos seguintes itens: (i) resultado negativo de R\$ 26.855 mil (- 26,4%) nas transações no mercado de curto prazo, em função das paradas ocorridas em 2025 e da revisão da necessidade de aquisição de lastro conforme o desempenho operacional da usina; (ii) redução de R\$ 5.297 mil (- 0,6%) na receita de suprimento de energia elétrica, explicada pelo efeito negativo do reequilíbrio não recorrente do ICMS, no montante de R\$ 72.879 mil (referente ao reconhecimento da estimativa em 2024), parcialmente compensado pela atualização da receita pelo IPCA de R\$ 35.673 mil e pelo aumento da receita de mérito de R\$ 44.279 mil; e (iii) resultado positivo de R\$ 2.958 mil (2,99%) proveniente da comercialização de resíduos no período.

**Custos da energia vendida**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os custos da energia vendida aumentaram em R\$ 24.449 mil (3,28%) entre os anos em comparação, passando de R\$ 745.497 mil em 2024 para R\$ 769.946 mil em 2025. Tal variação decorre, essencialmente, da combinação dos componentes a seguir:

**a) Combustível para produção de energia elétrica:** A redução de R\$ 16.223 mil (7,1%) decorre, principalmente, do maior consumo de carvão excedente ao volume contratado para cumprir a inflexibilidade, cujo custo médio é inferior ao preço do carvão take or pay ("TOP"), que está dimensionado para atender a inflexibilidade. Em 2024, a Companhia possuía estoques elevados de carvão contratado remanescente de anos anteriores, os quais foram consumidos ao longo do período.

**b) Energia elétrica comprada:** O aumento de R\$ 10.932 mil (8,1%) decorre, majoritariamente, da necessidade de compra de lastro ao PLD no Mercado de Curto Prazo (MCP), em razão das paradas ocorridas em 2025 e da revisão da necessidade de aquisição de lastro conforme o desempenho operacional da usina.

**c) Seguros:** A redução de R\$ 6.568 mil (15%) decorre, predominantemente, do reconhecimento dos créditos acumulados de PIS/COFINS incidentes sobre o prêmio do seguro operacional vigente.

**d) Pessoal:** O aumento de R\$ 7.323 mil (18,5%) decorre, principalmente, da expansão do quadro de colaboradores, refletindo investimentos em capacidade operacional, e da reclassificação contábil de despesas anteriormente alocadas como administrativas, o que contribuiu para uma redistribuição mais precisa dos custos operacionais.

### Resultado financeiro

No ano de 2025, a Companhia registrou um resultado financeiro líquido de R\$ 295.738 mil, representando crescimento de 1% em relação ao exercício anterior (R\$ 293.267 mil). A variação do resultado demonstra um crescimento nas receitas financeiras, que aumentaram 62% em relação ao 2024, totalizando R\$ 14.066 mil. Esse desempenho foi impulsionado por taxas de juros mais elevadas, aliadas a uma gestão mais eficiente do caixa, que permitiu à Companhia direcionar um volume maior de recursos para aplicações financeiras, além do caixa livre disponível para aplicações com saldo médio superior. Em contrapartida, as despesas financeiras somaram R\$ 332.401 mil no ano, representando uma variação de 5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento está relacionado à atualização dos encargos sobre o endividamento, influenciada por indexadores como a TJLP e o IPCA, que mantiveram trajetória de alta ao longo do período.

### Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

O aumento do Imposto de Renda e da Contribuição Social em 2025 foi de R\$ 9.487 mil (23%), passando de R\$40.664 mil em 2024 para R\$50.151 mil. Esse aumento reflete o impacto negativo sobre o Resultado Antes dos Tributos, em linha com os fatores mencionados anteriormente.

## h.2) Análise dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31/12/2025

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Valores em R\$ mil	2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
Resultado antes dos tributos	(150.854)
Conciliação do lucro com o caixa gerado pelas operações	
Juros e variação monetária	210.212
Depreciação e amortização	185.747
Estimativa reequilíbrio do ICMS	(12.309)
Baixa de ativo imobilizado	4
<b>Lucro ajustado</b>	<b>232.844</b>
(Aumento) redução nos ativos	
Contas a receber de clientes	67.744
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(2.781)
Outros créditos fiscais a recuperar	1.037
Estoques	3.282
Despesas antecipadas	36.925
Outros ativos	(2.378)
(Redução) aumento nos passivos	
Fornecedores	(74.796)
Outras obrigações fiscais e regulatórias	2.458
Obrigações trabalhistas	1.850
Outros passivos	8.750
<b>Caixa líquido das operações</b>	<b>274.935</b>
Pagamento de juros sobre instrumentos de dívida	(116.469)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>158.466</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	
Aplicação no imobilizado e intangível	(63.724)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(63.724)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
Pagamento de instrumentos de dívida	(67.724)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(13.131)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(75.855)</b>
<b>(Aumento) no caixa e equivalentes de caixa</b>	
	<b>19.309</b>
<b>Conciliação do caixa e equivalentes de caixa</b>	
Saldo inicial	131.113
Saldo final	150.422
<b>(Aumento) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>19.309</b>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 150.422 mil em 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 131.113 mil em 31 de dezembro de 2024, refletindo um aumento de R\$ 19.309 mil no período. As principais movimentações que explicam essa variação são detalhadas a seguir.

### Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2025, o caixa gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 158.466 mil, refletindo principalmente o lucro ajustado de R\$ 232.844 mil e a liberação de capital de giro, com destaque para a redução das contas a receber em R\$ 67.744 mil e das despesas antecipadas em R\$ 36.925 mil. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela redução do saldo de fornecedores em R\$ 74.796 mil.

### **Caixa líquido das atividades de investimento**

A Companhia consumiu o montante de R\$ 63.724 mil em suas atividades de investimento em 2025, integralmente decorrente das aplicações realizadas no ativo imobilizado e intangível.

### **Caixa líquido das atividades de financiamento**

O caixa líquido das atividades de financiamento apresentou resultado negativo de R\$ 75.855 mil em 2025, decorrente do pagamento de instrumentos de dívida no montante de R\$ 67.724 mil e da constituição de depósitos vinculados ao serviço da dívida no valor de R\$ 13.131 mil.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita operacional líquida da Companhia para o exercício findo em 31/12/2025 é a seguinte:

Valores em R\$ mil	2025	%	2024	%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>				
Suprimento de energia elétrica	863.344	91,0	868.641	88,8
Transações mercado de curto prazo	74.993	7,9	101.848	10,4
Outras receitas	10.314	1,1	7.356	0,8
	948.651	100	977.845	100

#### Análise dos componentes da receita líquida de vendas

A principal receita da Companhia é auferida pelo suprimento de energia elétrica cuja análise de variação entre os períodos apresentados está comentada no item 2.1.h.

A UTE Pampa Sul tem capacidade instalada de 345 MW e garantia física de 323,5 MW médios. A Usina utiliza o carvão mineral de jazida como combustível para geração de energia elétrica e sua energia está contratada em sua totalidade pelo prazo de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28/11/2014, ao preço de R\$ 353,89/MWh, atualizado até 31/12/2025.

#### ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

- Desempenho Operacional e Receita:** A geração bruta cresceu **6,09%** (atingindo 2.213,51 GWh), impulsionada por maior despacho adicional por Ordem de Mérito. No entanto, a receita operacional líquida apresentou uma **queda de 3%** (R 977,8 milhões em 2024), explicada majoritariamente pelo efeito não recorrente do reequilíbrio do ICMS reconhecido em 2024 e por perdas nas transações de curto prazo (MCP)
- Indisponibilidade Sistêmica:** Em outubro de 2025, um blecaute generalizado no SIN (causado por falha externa na linha Ibiúna-Bateias) deixou a usina inoperante por 16 dias. Esse evento reduziu a disponibilidade mensal para 54,1% e gerou custos adicionais com a compra de lastro no mercado de curto prazo.
- EBITDA e Prejuízo Líquido:** O EBITDA cresceu 1,9%, totalizando R\$ 324,5 milhões em 2024 para R\$ 330,6 milhões em 2025, pressionado pela atualização monetária da dívida (IPCA e TJLP) e despesas com fianças bancárias.
- Eficiência de Custos:** Houve pontos positivos na gestão de custos, com uma redução de 15% nas despesas de seguros (R\$ 6,5 milhões a menos que em 2024), beneficiada pelo reconhecimento de créditos tributários de PIS/COFINS sobre prêmios de anos anteriores.
- Gestão de Tributos:** Enquanto 2024 teve o impacto inicial do reequilíbrio do ICMS diferido, em 2025 a companhia realizou financeiramente R\$ 81,9 milhões desse pleito, com o pagamento de R\$ 49,8 milhões à antiga controladora (ENGIE) como ressarcimento contratual.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### b. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

#### b.1) Inflação e variação de preços nos custos de venda de energia elétrica

**Compras de energia:** as compras realizadas pela Pampa Sul são realizadas com diversas contrapartes, refletindo as tomadas de preço a mercado. Em 2025, o preço médio (PLD) da energia foi de R\$ 265,89/MWh, um aumento expressivo frente a média de 2024 (R\$ 125,72/MWh), o que resultou em um custo total de energia comprada de R\$ 145.569 mil (+8,1% vs. 2024). Devido à indexação ao PLD, as compras não sofrem impacto direto e imediato da inflação, mas sim da volatilidade de preços do mercado de curto prazo

**Encargos de uso de rede elétrica e conexão (CUST):** Estes encargos são calculados com base em tarifas estabelecidas pela ANEEL, cujos contratos de transmissão e conexão são reajustados anualmente por índices inflacionários (IPCA e IGP-M). No exercício de 2025, o custo consolidado com esses encargos foi de R\$ 37.132 mil, representando um aumento de R\$ 1.716 mil em relação a 2024 decorrente da variação desses indicadores.

#### b.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da companhia

##### Exposição ao câmbio

A Companhia não possui compromissos financeiros diretos (dívidas) em moeda estrangeira. No entanto, possui exposição indireta através de sua **apólice de seguros de risco operacional**, que é emitida em dólar. No exercício de 2025, a **apreciação de 11,18% do real frente ao dólar** gerou um efeito benéfico nos resultados, reduzindo o custo em reais do prêmio de seguro pago ao longo do ano.

##### Impacto da Inflação e Taxas de Juros

O endividamento da Pampa Sul é sensível às variações da TJLP (financiamento BNDES) e do IPCA (debentures de 1ª e 2ª emissões). Em 2025, as despesas financeiras totais somaram R\$ 332.401 mil, um aumento de 5% em relação à 2024. Em contrapartida, as receitas financeiras cresceram 62% (14.066 mil), beneficiadas por taxas de juros (Selic/CDI) mais elevadas, além de um saldo médio de caixa aplicado superior.

##### Hedge Natural

A Administração ressalta que a totalidade dos contratos de venda de energia (CCEAR) possui cláusula de reajuste pelo IPCA, o que constitui um **hedge natural** de longo prazo contra a aceleração inflacionária que incide sobre o serviço da dívida indexada ao IPCA e TJLP.

Valores em R\$ mil	2025	2024
Instrumentos de dívida	210.212	198.321
<b>Total de Juros e Variação Monetária</b>	<b>210.212</b>	<b>198.321</b>

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

### 2025

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, no exercício encerrado em 31/12/2025.

### 2024

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, no exercício encerrado em 31/12/2024.

### Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opiniões modificadas ou ênfases no relatório dos auditores independentes da Companhia relativo às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2025.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, considerando que o único segmento operacional da Companhia é composto pela atividade de geração da energia elétrica mediante a operação da Usina Termelétrica Pampa Sul.

### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, considerando que desde a sua constituição a Companhia não detém nem alienou participações em outras sociedades.

### c. Eventos ou operações não usuais

#### Parada em função de manutenções da Usina

A Usina esteve parada de 01/05/2025 até 18/05/2025, em decorrência de manutenções preventivas essenciais para seu funcionamento, afetando sua geração de energia elétrica.

## 2.7 Destinação de resultados

	31/12/2025	31/12/2024
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	Em consonância com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do art. 32 do Estatuto Social, ao final de cada exercício social será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas.	Em consonância com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do art. 37 do Estatuto Social, ao final de cada exercício social será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas.
	Após as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros, podendo, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, consoante proposta do Conselho de Administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado.	Após as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros, podendo, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, consoante proposta do Conselho de Administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado.
	A Companhia não possui reservas que não as determinadas pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.	A Companhia não possui reservas que não as determinadas pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	Em razão do prejuízo apurado, não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Em razão do prejuízo apurado, não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
<b>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Em razão do prejuízo apurado, não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Em razão do prejuízo apurado, não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O art. 32, § 1º, II do Estatuto Social da Companhia prevê que, do saldo remanescente após as deduções legais, pelo menos 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p> <p>Além disso, nos termos do art. 32, §3º do seu Estatuto Social, a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e, mediante deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários e intercalares com base em tais balanços.</p> <p>Também mediante deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme autorizado pelo art. 32, §4º, do Estatuto Social, a Companhia poderá pagar juros remuneratórios sobre capital próprio.</p>	<p>O art. 37, § 2º, do Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p> <p>Além disso, nos termos do art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia poderá levantar balanços a qualquer tempo e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários e intercalares com base em tais balanços.</p> <p>Também mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme autorizado pelo art. 39 do Estatuto Social, a Companhia poderá pagar juros remuneratórios sobre capital próprio.</p>
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Os dividendos são distribuídos em bases anuais desde que seja apurado lucro no exercício	Os dividendos são distribuídos em bases anuais desde que seja apurado lucro no exercício em questão, sendo permitida

## 2.7 Destinação de resultados

	em questão, sendo permitida pelo Estatuto Social, a distribuição de dividendos intermediários e intercalares, mediante deliberação do Conselho de Administração, com base em balanços levantados durante o exercício.	pelo Estatuto Social, a distribuição de dividendos intermediários e intercalares, mediante deliberação do Conselho de Administração, com base em balanços levantados durante o exercício.
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>Não há restrições à distribuição de dividendos impostas pela legislação, regulamentação, contratos, ou quaisquer decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Exceto quando da distribuição em valor superior ao percentual mínimo definido no Estatuto Social da Companhia, para o qual será necessária autorização do BNDES ou cumprimento integral, cumulativamente, dos seguintes requisitos contratuais:</p> <p>a) verificação da Conclusão do Projeto (<i>Completion</i>), conforme definido no contrato de financiamento celebrado com o BNDES;</p> <p>b) atendimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD de, no mínimo, 1,200 (um inteiro e duzentos milésimos), no exercício anterior;</p> <p>c) preenchimento da conta reserva do serviço da dívida BNDES, em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da prestação mensal da dívida, bem como da conta reserva de O&amp;M em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor mensal dos custos de O&amp;M;</p> <p>d) a apresentação da anuência formal da ANEEL quanto à redução do capital social pretendida, se requerida pela legislação aplicável; e</p> <p>e) inexistência de qualquer inadimplemento da Companhia e de qualquer empresa do seu Grupo Econômico com todas as suas obrigações contratuais perante o Sistema BNDES.</p>	<p>Não há restrições à distribuição de dividendos impostas pela legislação, regulamentação, contratos, ou quaisquer decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Exceto quando da distribuição em valor superior ao percentual mínimo definido no Estatuto Social da Companhia, para o qual será necessária autorização do BNDES ou cumprimento integral, cumulativamente, dos seguintes requisitos contratuais:</p> <p>a) verificação da Conclusão do Projeto (<i>Completion</i>), conforme definido no contrato de financiamento celebrado com o BNDES;</p> <p>b) atendimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD de, no mínimo, 1,200 (um inteiro e duzentos milésimos), no exercício anterior;</p> <p>c) preenchimento da conta reserva do serviço da dívida BNDES, em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da prestação mensal da dívida, bem como da conta reserva de O&amp;M em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor mensal dos custos de O&amp;M;</p> <p>d) a apresentação da anuência formal da ANEEL quanto à redução do capital social pretendida, se requerida pela legislação aplicável; e) inexistência de qualquer inadimplemento da Companhia e de qualquer empresa do seu Grupo Econômico com todas as suas obrigações contratuais perante o Sistema BNDES.</p>
<b>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o</b>	A Companhia não dispõe de uma política formalizada de destinação de resultados. Contudo, segue o disposto na legislação aplicável e em seu estatuto, conforme descrito nos itens acima.	A Companhia não dispõe de uma política formalizada de destinação de resultados. Contudo, segue o disposto na legislação aplicável e em seu estatuto, conforme descrito nos itens acima.

## 2.7 Destinação de resultados

emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Não há informações que a companhia julgue relevantes ou aplicáveis com relação a este item do formulário de referência

### b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia esclarece que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2025.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;**

**b. Natureza e o propósito da operação**

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

A Administração da Companhia esclarece que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia, nos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2025.

## 2.10 Planos de negócios

### a. Investimentos:

#### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia possui plano de investimentos definido para o biênio de 2025/2026, voltado para melhoria da eficiência operacional.

#### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento da modernização realizada são os recursos oriundos das atividades operacionais da Companhia.

#### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

### b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A companhia não efetivou aquisições relevantes, fora do curso normal de suas operações, durante os exercícios 2024 e 2025.

### c. Novos produtos e serviços

#### (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

#### (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

#### (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

#### (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

### d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Até 31/05/2023, a Pampa Sul seguiu como referência base para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas.

Após a passagem de controle da companhia, em 01/06/2023, o novo management manteve os projetos em andamento e iniciou o desenvolvimento de novas diretrizes estratégicas que serão base para a manutenção dos projetos em andamento e desenvolvimento de novos projetos relacionados a ASG.

A Usina conta com Licença Ambiental de Operação (LO) emitida pelo IBAMA e válida até 13/06/2029, para a condução das operações da Usina Termelétrica Pampa Sul, reservatório, Linha de Transmissão e correia transportadora de carvão.

## 2.10 Planos de negócios

A partir da identificação e avaliação dos impactos socioambientais gerados em decorrência do empreendimento, são propostos programas de intervenção, controle e monitoramento na área de influência, com vistas a avaliar a evolução dos impactos previstos e a eficiência das medidas propostas nas fases de implantação e operação do empreendimento.

Os programas têm como premissa básica a proposição de ações capazes de evitar, atenuar, reparar ou compensar os danos/impactos previstos, assim como otimizar os investimentos a serem aplicados na região. Dentre vários investimentos para a comunidade, salienta-se a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (TA) em Candiota (RS), por meio de um convênio entre a Prefeitura e a UTE Pampa Sul. Essa instalação deve suprir as necessidades de água do município por, pelo menos, mais 20 anos.

Outro destaque é o subprograma de educação ambiental na agricultura familiar, que visa a sustentabilidade socioeconômica das famílias em assentamentos rurais, através do apoio técnico, desenvolvimento de projetos e promoção da adoção de práticas ecologicamente sustentáveis. Participaram dessas atividades 30 comunidades, 29 na fase de instalação (582 famílias), 14 na fase de operação (778 famílias) e 5 escolas em ambas as fases. Por meio desse programa, foram recuperadas 103 nascentes, sendo 65 delas na fase de instalação e 38 na fase de operação.

Como forma de acompanhamento e relacionamento com o IBAMA, a Companhia envia ao órgão relatório anual de atividades, contendo o andamento dos projetos e demais requisitos estabelecidos na LO. Além da execução dos Programas, a Companhia também atende às exigências compensatórias previstas no Art. 36 da Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

Com uma equipe multidisciplinar, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Pampa Sul atua em 20 Programas – num total de 36 subprogramas, além de dois planos para atendimento de situações emergenciais:

1. Sistema de Gestão Ambiental
2. Programa Ambiental da Geração (PAG) – resíduos, efluentes e água
3. Programa de Monitoramento de Águas Superficiais
4. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
5. Programa de Monitoramento de Ruídos
6. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)
7. Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, Meteorológico E Emissões Atmosféricas
8. Programa de Controle de Pragas e Vetores
9. Programa de Gestão do Reservatório
10. Programa de Reposição Florestal
11. Programa de Revegetação das Matas Ciliares e Conexão do Corredor Ecológico
12. Programa de Manutenção da Faixa de Servidão da Linha de Transmissão
13. Programa de Implantação da Cortina Vegetal
14. Programa de Monitoramento da Fauna
15. Programa de Monitoramento da Ictiofauna
16. Programa de Comunicação Social

## 2.10 Planos de negócios

17. Programa de Educação Ambiental
18. Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde
19. Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR)
20. Plano de Atendimento de Emergências (PAE)

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Em 2025 o índice de disponibilidade atingido foi de 83,94% apresentando maior volatilidade em outubro, quando foi registrada disponibilidade mensal de 54,1%, em decorrência de um blecaute generalizado no SIN, causado pela explosão de um dos reatores na linha de transmissão Ibiúna-Bateias (PR). O evento afetou 88 unidades geradoras em todo o país, sendo 57 no subsistema Sul, e resultou na inoperância do sistema de controle da turbina da Pampa Sul por aproximadamente 16 dias, com retomada gradual da operação nos últimos dias do mês. Nos meses subsequentes, a Planta voltou a apresentar níveis mais próximos de sua normalidade operacional.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

### 3.2 Acompanhamento das projeções

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Os potenciais compradores dos títulos e valores mobiliários da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (“Companhia”) devem considerar de forma cuidadosa os riscos específicos à Companhia. Devem ser considerados, à luz das circunstâncias financeiras e dos objetivos do investimento, os fatores de risco abaixo relacionados.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um desses fatores de risco. Há outros fatores de riscos adicionais que a Companhia atualmente considera improváveis que ocorram ou dos quais atualmente a Companhia não tem conhecimento, que podem acarretar efeitos similares aos dos riscos a seguir relacionados. Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente.

A ordem de apresentação dos riscos, dentro de cada categoria, procura levar em conta, de forma decrescente, a relevância, embora tal ordem possa variar tanto em decorrência da severidade, quando da eventual ocorrência de determinado risco. A ordem de apresentação não possui relação com a probabilidade relativa de ocorrência de nenhum dos riscos descritos nesse documento.

Ademais, não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens das seções 4 e 5.

### a. Riscos Relacionados à Companhia

**A construção, operação e manutenção da usina de geração de energia elétrica envolvem riscos significativos que podem levar à perda de receita ou aumento de despesas.**

A construção, operação e manutenção de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- incapacidade de obter ou renovar permissões, aprovações governamentais e licenças;
- indisponibilidade de equipamentos, de mão de obra especializada ou de obras necessárias para a condução das atividades de operação e manutenção preventiva ou corretiva da Usina;
- interrupção do fornecimento de materiais, equipamentos ou combustível;
- interrupção no trabalho;
- greve e outras disputas trabalhistas;
- agitações sociais;
- falhas de projeto, defeitos na execução de projetos e problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- paralisações na operação em decorrência de reparos, de defeitos em série, vícios ocultos ou falhas da construção;
- necessidade de altos investimentos de capital, especialmente para retificar defeitos ocorridos na fase de construção da Usina, inclusive aqueles necessários à operação ótima da Usina, para atingimento do desempenho projetado; e
- indisponibilidade de financiamentos adequados.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Se a Companhia se deparar com qualquer desses ou de outros riscos, poderá não ser capaz de gerar energia elétrica em quantidades compatíveis com suas projeções ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode vir a afetar de maneira adversa sua situação financeira e seus resultados operacionais.

**As barragens fazem parte dos ativos de geração do nosso negócio. Falhas nestas estruturas poderão acarretar perdas e danos causados a terceiros e nos negócios. O rompimento de barragens representa um risco significativo para as empresas que operam no setor de energia. Existem diversos fatores que podem contribuir para o aumento do risco de rompimento de barragens e impactar negativamente o negócio da empresa.**

Primeiramente, a falta de manutenção adequada é um fator crucial que pode levar ao rompimento de uma barragem. A ausência de inspeções regulares, reparos e atualizações pode resultar no desgaste e deterioração da estrutura da barragem ao longo do tempo. Além disso, o envelhecimento das instalações e a falta de investimento em melhorias também aumentam o risco de falhas estruturais. Essa negligência pode expor a empresa a danos ambientais significativos, além de potenciais perdas financeiras e impactos negativos na reputação da empresa. Estes são riscos internos que podem ser mitigados através de nossa filosofia de manutenção preventiva programada e corretiva implantada por equipes especializadas para garantir a integridade das barragens e estruturas associadas.

Porém, além destes riscos gerenciáveis internamente, existem fatores externos de riscos de ruptura inerentes às estruturas, os quais podem ser oriundos de fatores climáticos ou decorrentes de danos em empreendimentos de outros agentes, localizados a montante, e que fogem de qualquer possibilidade de gestão ou previsão de ocorrência por nossa parte. Involuntariamente estamos sujeitos aos riscos factíveis de ocorrências de ruptura e que, se ocorrerem, podem resultar em danos sociais, potencial perda de vidas humanas nas comunidades existentes, além de danos ambientais, regulatórios e econômicos.

Por fim, a falta de planejamento e preparação para emergências é um fator crítico de risco. As empresas devem ter planos de contingência bem definidos, com procedimentos claros para lidar com possíveis rompimentos de barragens. A falta de treinamento adequado dos funcionários, a ausência de sistemas de alerta eficientes e a falta de comunicação eficaz com as autoridades e a comunidade local podem dificultar a resposta rápida e eficiente em caso de emergência, aumentando os danos causados pelo rompimento da barragem.

Qualquer um desses eventos pode prejudicar a nossa reputação, resultar na paralisação prolongada das nossas unidades geradoras e exigir reparos dispendiosos, tendo um impacto adverso e significativo nos nossos resultados financeiros e operacionais.

### **A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio.**

A capacidade da Companhia de cumprir a sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, incluindo sua eficiência operacional.

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que quaisquer dos objetivos que fazem parte da estratégia será integralmente realizado. Caso a Companhia não seja bem-sucedida em concretizar sua estratégia de negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

**As apólices de seguro da Companhia poderão não ser suficientes para cobrir totalmente as responsabilidades incorridas no curso ordinário dos negócios da Companhia e a cobertura de seguros necessária poderá não estar disponível no futuro.**

A Companhia não pode assegurar que a cobertura das apólices que tem contratadas será suficiente para cobrir totalmente as responsabilidades incorridas no curso ordinário dos seus negócios, ou que a cobertura de seguros necessária estará disponível no futuro. Se qualquer dos eventos não segurados ocorrer, o investimento integralizado poderá ser perdido. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de obter, no futuro, apólices de seguro nos mesmos termos que os atuais. Os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados caso a Companhia incorra em responsabilidades que não estejam totalmente cobertas por suas apólices de seguro contratadas.

**Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Companhia é parte podem afetá-la adversamente.**

A Companhia é ré em ações judiciais, na esfera cível e trabalhista. Em 31/12/2023, a Companhia mantinha constituída provisão de perda no valor de R\$ 17.526,87, considerado com chance de perda provável, conforme estimado pela Companhia e consultores externos.

Decisões judiciais contrárias à Companhia poderão restringir suas operações e o uso de seus recursos, o que poderá impactar no cumprimento das obrigações da Companhia com terceiros. Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar que uma decisão adversa referente a qualquer processo judicial iniciado futuramente não terá um efeito adverso significativo para a Companhia.

**Os contratos financeiros da Companhia possuem obrigações específicas, dentre as quais restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia.**

A Companhia está sujeita a certas cláusulas e condições do contrato de financiamento existente que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. Na hipótese de descumprimento de qualquer disposição do respectivo contrato, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto do referido contrato. No caso de vencimento antecipado, a Companhia poderá não ser capaz de realizar o pagamento do saldo devedor da respectiva dívida, o que poderá ter um impacto adverso relevante nos negócios e na situação financeira da Companhia. Caso a Companhia não cumpra com o índice financeiro previsto no contrato financeiro, poderá ser configurado o inadimplemento no referido contrato, o que poderá resultar no vencimento antecipado de tal dívida, causando um impacto adverso relevante para a Companhia.

**A Companhia depende de sistemas digitais e qualquer falha ou ataque nesses sistemas pode afetar adversamente as atividades da Companhia.**

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia utiliza e depende de sistemas digitais de tecnologia da informação e de automação para fatores significativos de suas operações, incluindo a operação de unidades industriais, o armazenamento de dados e a recuperação de informações críticas de negócio. Os sistemas digitais são vulneráveis a danos de várias fontes, tais como falhas de rede, desastres naturais, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, erros de software, mau funcionamento e/ou intrusões físicas ou eletrônicas, códigos maliciosos (tais como vírus) e atos humanos maliciosos gerados por criminosos cibernéticos, que podem resultar em interrupção de atividades, danos aos ativos, acesso não autorizado, fraude, roubo, destruição e/ou divulgação indevida de informações dos sistemas digitais.

Falhas ou interrupções significativas nos sistemas digitais utilizados pela Companhia ou utilizados por seus provedores de serviços terceirizados podem impedir a Companhia de conduzir suas operações de geração e transmissão de energia, e comerciais em geral. Qualquer interrupção ou perda de sistemas digitais dos quais dependem aspectos críticos das operações da Companhia podem ter um efeito adverso nas atividades, negócios, resultados de operações e condição financeira.

Além disso, a Companhia armazena informações sensíveis nos sistemas digitais, incluindo informações relacionadas a fornecedores, colaboradores e clientes. Desta forma, se os servidores ou servidores de terceiros nos quais os dados da Companhia estão armazenados forem atacados por uma invasão física ou cibernética, código malicioso de computador ou qualquer outra ação humana maliciosa, as informações sensíveis da Companhia e de terceiros poderão ser roubadas, destruídas ou divulgadas indevidamente.

Qualquer violação de segurança envolvendo acesso não autorizado, apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações sensíveis dos fornecedores, clientes ou demais parceiros relacionados à Companhia, seja pela própria Companhia ou por terceiros, pode (i) sujeitar a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais; (ii) ter um impacto negativo na reputação a Companhia; ou (iii) fazer a Companhia responder perante seus fornecedores, clientes, outros parceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses eventos pode ter um impacto adverso nas atividades, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

**A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais, podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

Foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, direitos aos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação da exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa ou proibição do tratamento de dados pessoais. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. (“ANPD”), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados.

A LGPD entrou em vigor em 18/09/2020, sendo que a aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas foi adiada para 01/08/2021, nos termos da Lei nº 14.010 de 10 de junho de 2020.

Contudo, independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido; e (iii) risco reputacional.

Se a Companhia não estiver em conformidade com a LGPD, estará sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação da infração, bloqueio temporário, eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$ 50 milhões por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia ou outros controladores ou operadores com quem são compartilhados dados pessoais, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Dessa forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a eventual inadequação à legislação aplicável, pode resultar em custos e afetar adversamente os resultados da Companhia.

### **A Companhia é parte de certos arranjos contratuais que podem tornar precária sua propriedade dos imóveis relativos ao projeto**

Parte dos imóveis operacionais ocupados pela Companhia estão onerados com registros de hipotecas e Alienação Fiduciária, sendo que alguns desses ônus foram contraídos para a garantia de obrigações financeiras da Companhia. Na hipótese de inadimplemento das obrigações que geraram as respectivas garantias, o respectivo credor poderá proceder com a excussão da respectiva garantia o que poderá afetar as operações da Companhia. Sendo assim, não é possível atestar que as ocupações exercidas pela Companhia nos imóveis de sua propriedade ou por ela ocupados são seguras, visto que os imóveis podem ser leiloados para sanar eventuais débitos contraídos com os

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

credores, caso haja inadimplência das obrigações contraídas e, conseqüentemente, impactar negativamente a sua situação financeira e os resultados operacionais.

##### **Obtenção e renovação de licenças e alvarás para instalação e operação dos imóveis referentes a Companhia.**

A Companhia enfrenta riscos inerentes à obtenção e manutenção das autorizações, licenças e alvarás para instalação e operação de suas usinas, que dependem dos órgãos competentes, como, por exemplo, Prefeitura local e Corpo de Bombeiros estadual, para sua regular instalação, operação e funcionamento.

No tocante às licenças de responsabilidade da Prefeitura local, destaca-se o Habite-se (Auto de Conclusão de Obras), que atesta que as edificações realizadas nos imóveis ocupados pela Companhia foram concluídas de acordo com os projetos aprovados perante as autoridades competentes e em conformidade com a legislação municipal, não possuindo prazo de validade.

Atualmente, a Companhia não pode assegurar que possui ou que obterá o referido Auto de Conclusão de Obras, sendo certo que reconhece que a ausência de regularização poderá gerar óbices às ocupações atualmente exercidas e, por conseguinte, eventuais prejuízos financeiros advindos por multas, bem como procedimentos de realocação das atividades para outros imóveis em caso de impossibilidade de permanência nos imóveis devido a irregularidade dos referidos licenciamentos.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entende como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham entendimentos diversos quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás e autorizações.

Esse risco pode resultar na impossibilidade do regular funcionamento das unidades da Companhia, sem prejuízo dos riscos mencionados anteriormente, problemas relacionados a seguro em caso de acidentes, e, sobretudo, possíveis danos à imagem da Companhia.

##### **b. Riscos Relacionados a seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

##### **A Companhia não tem como assegurar que os FIP Grafito e Perfin manterão sua posição como acionistas controladores da Companhia.**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é controlada pelos FIPs Grafito e Perfin, detentores de 100% das ações representativas de seu capital social. Contudo, não há como assegurar que tais controladores manterão seu controle sobre a Companhia ou que honrarão os termos do acordo de acionistas. Desta forma, caso decidam alienar, total ou parcialmente, as ações sob sua titularidade, em uma ou mais operações, ou realizar quaisquer outras operações societárias que possam resultar em diluição do seu poder de controle na Companhia, a execução de seu plano de negócios poderá ser afetada.

##### **c. Riscos Relacionados a suas controladas e coligadas**

Não aplicável.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### d. Riscos Relacionados aos seus administradores

A Companhia reconhece que a má conduta ou má gestão dos seus administradores pode afetar significativamente o seu desempenho e reputação, bem como gerar riscos e prejuízos financeiros e legais para a empresa e seus acionistas. Portanto, a Companhia tem adotado medidas para mitigar os riscos relacionados aos seus administradores.

A Companhia conta com um Conselho de Administração que inclui membros independentes, todos experientes em suas áreas de atuação, com habilidades e competências necessárias para desempenhar suas funções com responsabilidade e ética. O Conselho de Administração é responsável pela supervisão e avaliação do desempenho da diretoria executiva, bem como pela definição de estratégias e políticas de governança corporativa.

Além disso, a Companhia tem uma Política de Conflito de Interesses que estabelece regras claras e objetivas para evitar que seus administradores tomem decisões que possam gerar conflitos de interesse ou prejudicar os interesses da empresa e seus acionistas. A Política de Conflito de Interesses prevê a divulgação obrigatória de informações relevantes sobre possíveis conflitos de interesse por parte dos administradores, bem como a adoção de medidas preventivas e corretivas para evitar ou mitigar esses conflitos.

Apesar das medidas adotadas pela Companhia, não é possível eliminar completamente os riscos relacionados aos seus administradores. A Companhia está sujeita a possíveis ações judiciais, sanções regulatórias e perda de credibilidade em caso de conduta imprópria ou má gestão por parte dos seus administradores. A Companhia tem seguro de responsabilidade civil para seus administradores, no entanto, não é possível garantir que os recursos disponíveis serão suficientes para cobrir todos os custos e danos decorrentes de ações judiciais ou sanções regulatórias.

A Companhia está comprometida em manter a transparência e a ética em suas operações e em garantir que seus administradores atuem com responsabilidade e em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.

### e. Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

**A Companhia pode figurar como responsável principal ou solidária das dívidas trabalhistas de terceirizados.**

A Companhia utiliza fornecedores que contratam funcionários terceirizados. Caso as empresas terceirizadas que prestam ou prestaram serviços à Companhia não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia pode ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas destas empresas, incluindo multas e outros encargos. Ainda, caso os prestadores de serviços por ela contratados sejam considerados seus empregados para fins da legislação trabalhista aplicável, a Companhia poderá vir a ser condenada judicialmente a arcar com as obrigações trabalhistas de forma direta. Caso isso ocorra, os resultados e/ou a condição financeira da Companhia poderão ser significativamente afetados de forma adversa.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**Eventuais falhas na prestação de serviços de terceiros contratados pela Companhia e no fornecimento e funcionamento de máquinas e equipamentos podem ter um efeito adverso em sua imagem e em seus negócios.**

A operação da Companhia depende de uma cadeia de fornecedores, que prestam serviços especializados e fornecem equipamentos de alta complexidade tecnológica. Eventuais falhas nessa cadeia representam um risco real que a Companhia monitora de forma contínua.

Entre os principais vetores de risco, destacam-se:

Prestação de serviços de terceiros: atividades como manutenção especializada, transporte de insumos, cinzas e resíduos, além de serviços técnicos de engenharia são parcialmente ou integralmente realizados por empresas contratadas. Falhas na execução, atrasos ou inadimplência contratual podem comprometer a disponibilidade da planta e a entrega de energia.

Funcionamento dos equipamentos: falhas operacionais decorrentes de desgaste, manutenção deficiente ou eventos imprevistos podem reduzir a capacidade instalada disponível, gerando impacto direto na receita e no cumprimento das obrigações contratuais de geração.

A materialização desses riscos pode gerar efeitos adversos sobre a imagem da Companhia perante reguladores, investidores e parceiros comerciais, além de potenciais prejuízos contratuais, redução de receita e custos emergenciais elevados para restabelecimento das operações.

Para mitigar tais riscos, a Companhia adota práticas como qualificação rigorosa de fornecedores, contratos com cláusulas de nível de serviço (SLA), manutenção preventiva e preditiva programada, estoque estratégico de peças críticas e planos de contingência operacional. Não obstante, não há garantia de que tais medidas serão suficientes para eliminar integralmente a possibilidade de ocorrência desses eventos.

**Eventual escassez de suprimento de carvão pode afetar adversamente a usina termelétrica da Companhia.**

A Companhia possui contrato de fornecimento de carvão junto a mineradora de grande porte com prazo de 25 anos. O contrato prevê o fornecimento de até 2.820.000 toneladas por ano e a mina atualmente fornece carvão unicamente para a Pampa Sul, ficando localizada a 4,4Km de distância da Usina. Caso a mina não observe suas condicionantes de operação, poderá ser embargada e impossibilitada de fornecer carvão. Mudanças na legislação também poderão afetar o funcionamento da mina e inviabilizar o negócio.

Adicionalmente, também há o risco de greve dos funcionários, ou qualquer outro evento imprevisível que paralise a mineração e/ou beneficiamento. Em qualquer desses eventos e caso os estoques existentes na Usina e no fornecedor sejam esgotados e a Companhia não consiga obter um fornecedor substituto para o volume necessário, poderá haver eventual escassez de suprimento de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

carvão, o que poderá afetar adversamente a Usina e, portanto, os resultados e a situação financeira da Companhia.

**Eventual escassez de suprimento de calcário pode afetar adversamente a usina termelétrica da Companhia.**

A Companhia possui contrato de fornecimento de calcário calcítico com prazo de 10 anos a partir do início do fornecimento, com possibilidade de renovação. O contrato prevê o fornecimento de um volume anual mínimo de 30 mil toneladas e máximo de 60 mil toneladas de calcário calcítico. Adicionalmente, a Companhia possui contrato de fornecimento de calcário dolomítico com prazo de 25 anos a partir do início do fornecimento. O contrato prevê o fornecimento de um volume anual mínimo de 108 mil toneladas e máximo de 216 mil toneladas de calcário dolomítico.

Caso os fornecedores não observem suas condicionantes de operação e suas obrigações contratuais, poderão ser impossibilitados de fornecer calcário. Riscos jurídicos, regulatórios, operacionais, trabalhistas, logísticos e de mercado poderão afetar o funcionamento da operação dos fornecedores ou inviabilizar seus negócios. Em qualquer desses eventos e caso os estoques existentes na Usina sejam esgotados e a Companhia não obtenha fornecedores substitutos para o volume necessário, poderá haver eventual escassez de suprimento de calcário, o que poderá afetar adversamente a produção e operação da Usina e, portanto, os resultados e a situação financeira da Companhia. Especificamente em relação ao fornecimento de calcário calcítico, há risco de renovação contratual, já que o prazo do contrato é inferior aos CCEARs firmados pela Companhia.

### **f. Riscos Relacionados a Seus Clientes**

**Descumprimento, pela(s) contraparte(s), de disposições constantes dos contratos de venda e compra de energia firmados pela Companhia e operações na CCEE.**

Esse risco pode se caracterizar por: (i) inadimplência dos clientes da Companhia; (ii) falta de registro dos contratos de compra de energia na CCEE devido à ausência de aporte de garantias financeiras na CCEE pelas distribuidoras; e (iii) interpretação divergente dos contratos ou da regulação vinculada a eles. Qualquer evento nesse sentido pode afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e ter um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

### **g. Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia atua**

**A Companhia pode estar sujeita à exposição financeira no mercado de curto prazo de energia elétrica e à volatilidade de seus preços.**

Em caso de indisponibilidades da Usina, nos termos da regulamentação vigente, a Companhia poderá estar sujeita a exposições financeiras perante o mercado de curto prazo de energia elétrica, conforme apuração mensal realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE das diferenças entre o que foi produzido pela Companhia, por meio da geração de sua Usina, ou adquirido por meio de contratos bilaterais e o que foi fornecido por meio de contratos de venda de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

energia elétrica, diferenças essas valoradas de acordo com o Preço de Liquidação de Diferenças – PLD vigente.

Considerando que o modelo de precificação aplicado ao mercado de curto prazo de energia, o PLD, baseia-se em condições hidrológicas, na demanda de energia, nos preços de combustível, no custo de déficit, entre outros fatores, a Companhia está sujeita à volatilidade dos preços aplicados a este mercado, em caso de exposição.

Elevados preços aplicados no mercado de curto prazo de energia podem afetar negativamente as margens de comercialização da Companhia e, conseqüentemente sua receita e seus resultados operacionais.

### **h. Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia atua**

**Eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar de maneira adversa as empresas do setor de energia elétrica, e inclusive os negócios e os resultados da Companhia.**

A atividade da Companhia é regulamentada e supervisionada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Historicamente, a Aneel, o MME e outros órgãos fiscalizadores exercem um grau substancial de influência sobre os negócios da Companhia, inclusive sobre as modalidades e os termos e condições dos contratos de venda de energia aos quais a Companhia está autorizada a celebrar, bem como sobre os níveis de produção de energia. Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor de energia.

O MME pode vir a alterar a Garantia Física de usinas termelétricas, seguindo diretrizes definidas na regulação existente.

A Companhia está sujeita a possíveis reduções em sua garantia física, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais.

As principais atividades comerciais, a execução da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais:

- alteração na legislação e/ou na regulação setorial aplicável aos negócios da Companhia; e
- alteração na legislação tributária no Brasil.

A Companhia não pode assegurar quais as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro e em que medida tais ações poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

**A autorização da Companhia, que a autoriza a gerar energia termelétrica a partir de sua usina térmica está sujeita a extinção antecipada em alguns casos.**

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

De acordo com a legislação em vigor, no caso de descumprimento, pela Companhia, dos termos da legislação ou regulamentação setorial ou da autorização que permite o funcionamento de sua usina termelétrica, a respectiva autorização pode ser cassada após avaliação em processo administrativo próprio. Esse fato, se ocorresse por qualquer motivo, teria efeito material adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais, e na condição financeira da Companhia.

##### **A Aneel e outros órgãos podem impor penalidades à Companhia por descumprimento de qualquer disposição de sua autorização.**

A Aneel pode impor à Companhia penalidades caso ela deixe de cumprir qualquer disposição de sua autorização. Dependendo da gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir:

- advertências;
- multa por inadimplemento, limitada a, no máximo, 2% do valor estimado da energia produzida nos doze meses
- anteriores à lavratura do auto de infração;
- embargos à construção de novas instalações ou equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- obrigações de fazer ou não fazer;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação;
- suspensão da operação comercial; e
- revogação de autorização.

Qualquer das penalidades descritas poderia ter um efeito relevante e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, bem como no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Adicionalmente, outros órgãos governamentais, como o Ibama, dentre outros, podem impor penalidades à Companhia por descumprimentos à legislação vigente.

##### **Novas regras para a venda de energia elétrica e condições de mercado poderão, no futuro, afetar os preços de venda de energia elétrica praticados pela Companhia.**

A Companhia destina 91,04% de sua garantia física ao atendimento do Leilão de Geração nº 6/2014, promovido pela Aneel, cujo prazo de suprimento encerra-se em 31/12/2043. Tendo em vista, no entanto, que a autorização emitida pelo MME para operação da Usina (a saber, Portaria nº 84 de 30 de março de 2015, conforme alterada) vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados da sua emissão, a Companhia precisará negociar novos contratos para a comercialização da energia produzida pela Usina nos anos posteriores ao final dos CCEARs vigentes.

##### **Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.**

O Governo Federal pode realizar alterações no regime fiscal que poderão afetar os participantes do mercado de energia, a Companhia e as distribuidoras. Essas alterações podem incluir mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas, se tomadas, poderão resultar em aumento da carga tributária da Companhia, que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade e afetar adversamente os preços de sua energia vendida e de seu resultado. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade se ocorrerem alterações significativas nos tributos aplicáveis às suas operações e ao mercado de energia elétrica.

### **i. Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia atua**

Não aplicável, visto que a Companhia não atua em países estrangeiros.

### **j. Riscos Relacionados a Questões Sociais**

A Companhia reconhece que suas atividades podem afetar a sociedade em diversas formas, e que questões sociais devem ser consideradas na tomada de decisões estratégicas e operacionais. A geração e transmissão de energia podem ter impactos diretos e indiretos sobre as comunidades locais, tais como alterações no meio ambiente, poluição sonora e visual, efeitos na saúde pública e nos meios de subsistência das populações afetadas. Além disso, a Companhia também está sujeita a possíveis reclamações ou ações judiciais relacionadas a inobservância de direitos humanos, trabalhistas ou sociais.

Movimentos sociais organizados, contrários ao empreendimento de geração de energia termelétrica, podem afetar, e até mesmo interromper a operação da Usina. Qualquer ação neste sentido, por parte de tais movimentos sociais, poderá afetar de maneira negativa os negócios da Usina e ter um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

Para mitigar esses riscos, a empresa adota práticas e políticas que buscam minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios sociais. A Companhia realiza estudos de impacto ambiental e social (EIAS) antes da implementação de novos empreendimentos e envia esforços para minimizar e compensar os impactos negativos identificados. A Companhia também se esforça para estabelecer um diálogo transparente e contínuo com as comunidades afetadas, a fim de identificar e atender às suas necessidades e preocupações.

Além disso, a Companhia possui políticas e programas internos para garantir a promoção de direitos humanos e trabalhistas, bem como a diversidade, inclusão e equidade. A Companhia realiza avaliações periódicas de risco social em suas operações e busca implementar melhores práticas de gestão social em linha com os princípios e diretrizes internacionais.

Apesar desses esforços, a Companhia reconhece que questões sociais podem representar riscos imprevistos e que eventos externos, como mudanças regulatórias ou desastres naturais, podem afetar negativamente a reputação da empresa e a relação com as comunidades. Portanto, a Companhia está comprometida em monitorar e avaliar continuamente os riscos sociais relacionados a suas atividades e em tomar medidas para mitigá-los de forma eficaz.

### **k. Riscos Relacionados a Questões Ambientais**

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia pode sujeitá-la ao pagamento de custos de recuperação ambiental e indenizações.**

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental e de danos eventualmente causados. O pagamento de substanciais custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para os negócios e para o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por ela, assim como para sua imagem.

### **Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios das empresas do setor de energia elétrica, inclusive a Companhia.**

As empresas do setor elétrico, em particular as geradoras, estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas. Tais empresas necessitam de licenças e autorizações de agências governamentais para a condução de suas atividades. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, ou estarem sujeitas a sanções criminais (inclusive seus administradores), além de poderem ser responsabilizadas na esfera civil pela reparação de danos ambientais que eventualmente daí decorram.

As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de energia elétrica, incluindo a Companhia, a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente dessas licenças. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, inclusive da Companhia, gerando, conseqüentemente, efeitos adversos nos negócios e resultados da Companhia.

Além disso, a Companhia está ciente de que pode ser taxada pelas emissões de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) após a publicação do decreto que regulamenta o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), que é um sistema regulado para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e estimular inovações de baixo carbono. O SBCE, instituído pela Lei nº 15.042 de 11 de dezembro de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

2024, funciona como um mercado de carbono onde as empresas que emitem mais GEE do que o permitido pode comprar créditos de carbono de outras empresas que conseguem reduzi-las.

### **l. Riscos Relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

A Companhia reconhece que as mudanças climáticas representam um risco significativo para suas atividades, tanto em termos de riscos físicos, quanto de transição. Riscos físicos incluem eventos extremos relacionados ao clima, como secas, inundações e tempestades, que podem afetar a infraestrutura de geração e transmissão de energia e de transporte de gás, causando interrupções ou danos significativos. Além disso, a mudança climática pode afetar a hidrologia e consequentemente o nível de água em reservatórios, afetando a produção de energia hidrelétrica. Riscos de transição incluem a possibilidade de mudanças na regulamentação governamental, mudanças nas preferências dos consumidores por fontes de energia renovável e a possibilidade de flutuações nos preços das commodities de energia.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota práticas e políticas que visam reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e aumentar a eficiência energética de seus clientes, além de aumentar a participação de fontes de energia renovável em sua matriz energética. Além disso, a Companhia busca implementar práticas de gestão de risco climático, incluindo avaliação de risco climático em seus processos de tomada de decisão, considerando as projeções climáticas e as incertezas associadas.

A Companhia também trabalha para fortalecer sua resiliência aos riscos físicos associados às mudanças climáticas, incluindo a implementação de planos de contingência em caso de eventos extremos relacionados ao clima.

Apesar desses esforços, a Companhia reconhece que as mudanças climáticas representam um risco em evolução e que eventos externos, como mudanças abruptas nas condições climáticas ou políticas, podem afetar negativamente suas operações. Portanto, a empresa está comprometida em monitorar continuamente os riscos climáticos relacionados a suas atividades e em tomar medidas para mitigá-los.

### **m. Riscos relacionados a acidentes pessoais e operacionais**

A Companhia reconhece que suas operações têm grau de risco 3 de acordo com os critérios das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, alinhado com o seu CNAE (Geração de Energia) e que, apesar de todos os seus esforços de prevenção, está sujeita a riscos de acidentes pessoais e operacionais, que pode causar lesões graves, incapacidades e fatalidades de seus empregados e terceiros. Estes riscos estão associados a potenciais eventos indesejados relacionados a doenças por exposição a agentes ambientais e acidentes decorrentes de outros agentes, como explosões, incêndios, vazamentos de produtos químicos perigosos, colisões de veículos de transporte de pessoas, queimaduras, inalação de gases tóxicos, perda de controle de energias mecânicas e elétricas, choques elétricos, queda de materiais suspensos, acessos indevidos a espaços confinados, queda de pessoas de mesmo nível ou níveis diferentes, perda de contenção

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

primária de vapor de alta pressão e temperatura, falhas na utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva.

A Companhia elaborou e mantém atualizada sua Política de Saúde e Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Qualidade, Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR), Plano de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Proteção Respiratória (PPR). Além disso, a Companhia tem uma abordagem à gestão de riscos é direcionada por uma área especializada que reporta diretamente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Todos os processos foram cuidadosamente desenhados, e sistemas de suporte foram implementados para monitorar riscos de forma eficiente. Com o objetivo de assegurar a identificação, a avaliação e a mitigação dos riscos, tendo como premissa reduzir a probabilidade de ocorrências e eventos incertos que possam impactar o resultado e a sustentabilidade do negócio, consultorias especializadas foram contratadas para apoiar nos estudos de metodologias de identificação e análise amplamente consolidadas a nível mundial, entre essas metodologias estão o Estudo de Perigos e Operabilidade (HAZOP - *Hazard and Operability Study*), a Análise de Camadas de Proteção (LOPA - *Layer of Protection Analysis*), e a Manutenção Centrada em Confiabilidade (RCM - *Reliability-centered Maintenance*), entre outras.

### **n. Riscos relacionados a perda de pessoas**

Apesar dos esforços, a Companhia reconhece o risco de perda de pessoal. A Usina Termelétrica Pampa Sul está localizada em área remota e distante dos grandes centros industriais e acadêmicos, o que gera um risco de mão-de-obra qualificada e/ou desafios na retenção desta mão-de-obra. Para mitigar este risco a empresa possui programas de treinamento visando qualificar a mão-de-obra local e priorizar a contratação de pessoas da própria região. Além disso, visando reter a força de trabalho e buscar novos talentos, a Companhia tem um pacote de remuneração atrativo, compatível com o mercado de trabalho do setor elétrico e possui programa de saúde, bem-estar e melhoria da qualidade de vida no trabalho.

### **o. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores**

A Companhia entende que os riscos abordados nos itens anteriores compreendem parte relevante dos riscos corporativos, porém a Pampa Sul baseada na sua Política de Gestão de Riscos identificou e tem trabalhado na mitigação dos riscos relacionados à segurança cibernética, os quais globalmente também foram classificados entre os 10 maiores riscos dos próximos anos por gravidade, a curto prazo (2 anos) e a longo prazo (10 anos) pela 21ª edição do “*The Global Risks Report 2026*” no World Economic Fórum.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Principais fatores de risco entre os enumerados no campo 4.1:

- Incapacidade de obter ou renovar permissões, aprovações governamentais e licenças;
- Interrupção do fornecimento de materiais, equipamentos ou combustível;
- Paralisações indevidas ou forçadas na operação em decorrência de reparos, de defeitos em série, vícios ocultos, quebras de equipamentos ou falhas da construção, manutenção e operação;
- Acidentes ambientais e/ou operacionais e/ou pessoais gerando perdas materiais e/ou humanas próprios e de terceiros acarretando impactos adversos na reputação, custos de indenizações e reparações, bem como paralisação forçada das operações e custos para a retomada operacionais; e
- Riscos relacionados a seus acionistas, em especial os acionistas controladores.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A UTE Pampa Sul segue as diretrizes da norma internacional NBR ISO 31000 – Gestão de Riscos e tem em aprovação uma Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, em acordo com esta norma. Como uma prática de gestão, a Companhia realiza trimestralmente uma reunião de ERM - Enterprise Risk Management - na qual todos os riscos relacionados ao negócio, referentes ao trimestre anterior e o próximo são devidamente levantados e planos de tratamento são implementados. Neste sentido, cabe ressaltar que sempre são pontuados os seguintes riscos de mercado:

- Eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico, que podem afetar de maneira adversa as empresas do setor e inclusive os negócios e os resultados da Companhia;
- Mudanças na taxa de juros, acarretando sua elevação e conseqüentemente aumentando as despesas financeiras da companhia;
- Aumento da inflação acarretando desequilíbrio econômico – financeiro dos custos fixos e variáveis;
- Desvalorização cambial impactando em aumento de custos na importação de equipamentos e materiais de manutenção imprescindíveis para a operação da Companhia.
- Oscilação do PLD mensal, que pode ser afetado por eventual cenário de desabastecimento das bacias hidrográficas, com impactos de aumento de despesas em momentos de paradas de manutenção e despacho concomitante.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia possui dois processos relevantes, sendo os processos autuados sob o nº 1007051-40.2024.4.01.0000 e nº 1098907-07.2023.4.01.3400.

O processo nº 1007051-40.2024.4.01.0000, o autor é a Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. e o réu a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A ação visa suspender os efeitos e a realização de qualquer apuração, contabilização, imputação, oneração, compensação, liquidação, execução e/ou cobrança em desfavor da UTE Pampa Sul, referentes a indisponibilidades decorrentes de restrições elétricas associadas à sua conexão provisória no barramento de 525 kV da Subestação Candiota, cujo valor aproximado é de R\$ 56 milhões.

O segundo processo, autuado sob o nº 1098907-07.2023.4.01.3400, o autor é a Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. e o réu a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em 11.05.2026 foi publicado acórdão proferido pela 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no âmbito do Processo, por meio do qual foi dado provimento, por unanimidade, ao recurso da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A., declarando a nulidade do Despacho ANEEL nº 21/2023 e determinando a restituição de todos os valores descontados da Companhia em decorrência das recontabilizações realizadas com base no referido ato. O acórdão reconheceu, dentre outros pontos, a ilegalidade da aplicação retroativa dos novos critérios de cálculo, a violação aos princípios do contraditório, ampla defesa, segurança jurídica e proteção da confiança, bem como a impossibilidade de imposição unilateral de compensações retroativas à UTE Pampa Sul.

##### **(i) Contingências Cíveis**

A Companhia não é parte em processos cíveis que sejam relevantes para os seus negócios.

##### **(ii) Contingências Fiscais**

A Companhia não é parte em processos fiscais que sejam relevantes para os seus negócios.

##### **(iii) Contingências Trabalhistas**

A Companhia não é parte em processos trabalhistas que sejam relevantes para os seus negócios.

##### **(iv) Contingências Ambientais**

A Companhia não é parte em processos ambientais que sejam relevantes para os seus negócios.

##### **(v) Outros**

A Companhia não é parte em outros processos que sejam relevantes para os seus negócios.

#### **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

A Companhia possui um processo relevante, autuado sob o nº 1007051-40.2024.4.01.0000, que suspende os efeitos e a realização de qualquer apuração, contabilização, imputação, oneração, compensação, liquidação, execução e/ou cobrança em desfavor da UTE Pampa Sul, referentes a indisponibilidades decorrentes de restrições elétricas associadas à sua conexão provisória no barramento de 525 kV da Subestação Candiota, cujo valor aproximado é de R\$ 56 milhões.

#### 4.6 Processos sigilosos relevantes

Não aplicável à Companhia, considerando a ausência de processos sigilosos relevantes.

#### **4.7 Outras contingências relevantes**

A Companhia não possui informações que considere relevantes ou aplicáveis a este item do Formulário de Referência.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

### **b. Estruturas organizacionais envolvidas.**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

### **c. Como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

### **d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado a Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

Não foram apontadas deficiências significativas pelos auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia em seu relatório de deficiências relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

As deficiências não significativas e recomendações sobre os controles internos apontadas pelos auditores independentes são analisadas pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e os planos de ações para as correções necessárias são registrados e sua implantação é verificada pelos auditores independentes (follow-up).

A Administração da Companhia entende que não há qualquer outra deficiência apontada pelos auditores independentes que possa impactar os seus sistemas de controles ou gerar efeitos importantes em suas demonstrações contábeis.

### **e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

Não houve qualquer deficiência significativa apontada no relatório dos auditores independentes relativo aos últimos exercícios sociais que possa resultar em impactos significativos à Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

**a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia adota um programa de ética e conformidade que está estruturado em 4 (quatro) referenciais:

- Código de Ética e Conduta;
- Direitos Humanos;
- Conflito de Interesses;
- Prevenção de suborno e corrupção;

Todos os referenciais mencionados acima possuem documentos normativos sobre temas relacionados com a gestão ética da Companhia.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Visando garantir a aplicação do Código de Ética e dos demais documentos de referência ética e conformidade da Pampa Sul Energia, foi constituído o Comitê de Ética, atribuindo-se a esse Comitê a autoridade necessária para o desempenho desta função.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

**se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os seus conselheiros de administração, diretores executivos e empregados, além de terceiros como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e qualquer parte que tenha relações com a Companhia.

**as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

No caso de violação dos preceitos éticos nele estabelecidos, o Código de Ética determina que deve ser conduzida uma averiguação para apurar os fatos. O procedimento de verificação garante que os fatos sejam apurados de forma isenta, as responsabilidades identificadas e, sendo necessário, deve definir as sanções e ações corretivas apropriadas, não importando o nível hierárquico. O resultado da averiguação é reportado formalmente para as partes interessadas e registradas nas ferramentas corporativas da Pampa Sul Energia.

### 5.3 Programa de integridade

Conforme exposto no Código de Ética, para as violações éticas comprovadas, ocorre a aplicação de ações disciplinares aos gestores e colaboradores, podendo resultar em advertência verbal ou escrita, suspensão disciplinar e até no desligamento da Companhia.

#### **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia pode ser acessado no seu site <https://pampasulenergia.com.br/>.

A atual versão do Código de Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23/05/2024.

#### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

##### **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal externo disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana, para o reporte de denúncias relacionadas a questões éticas. O acesso ao canal se dá por meio do site <https://www.canalintegro.com.br/pampasulenergia>.

O canal externo possibilita a qualquer empregado, fornecedor, cliente e/ou parceiro, descrever, anonimamente para os denunciantes que assim desejarem, a ocorrência de não conformidades, fraudes ou a existência de condutas inapropriadas e antiéticas que possam afetar a imagem, o resultado financeiro e o ambiente de trabalho na Pampa Sul Energia.

Todas as situações relatadas são mantidas em absoluto sigilo, com garantia de não retaliação. A averiguação é realizada de forma confidencial, sendo o Comitê de Ética da Pampa Sul Energia o órgão responsável pela apuração das denúncias.

##### **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de comunicação para o relato de denúncias está disponível tanto para os empregados da Pampa Sul Energia, como também para terceiros.

##### **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Conforme destacado anteriormente, o Comitê de Ética da Companhia assegura o anonimato aos denunciante que assim desejarem.

Qualquer um que comunique, de maneira responsável e de boa-fé, preocupações relacionadas com a ética ou situações de não conformidade, não poderá ser objeto de nenhuma represália ou penalidade por ter declarado tais situações.

Ressaltamos, ainda, que o anonimato do denunciante, assim como eventuais pessoas envolvidas, será preservado pela Pampa Sul Energia e a averiguação é realizada de forma confidencial.

### 5.3 Programa de integridade

#### **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração das denúncias é o Comitê de Ética.

**a. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.**

0 (zero)

**b. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não aplicável.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>GRAFITO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA</b>						
47.093.821/0001-83	Brasil	Sim	Sim	31/05/2023		
Não						
634.020.684	50,000	0	0,000	634.020.684	50,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>PERFIN SPACE X FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA</b>						
46.375.318/0001-58	Brasil	Sim	Sim	31/05/2023		
Não						
634.020.684	50,000	0	0,000	634.020.684	50,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
1.268.041.368	100,000	0	0,000	1.268.041.368	100,000	

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GRAFITO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA				47.093.821/0001-83		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
634.020.684	100,000	0	0,000	634.020.684	100,000	
TOTAL						
634.020.684	100,000	0	0,000	634.020.684	100,000	

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PERFIN SPACE X FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA				46.375.318/0001-58		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
634.020.684	100,000	0	0,000	634.020.684	100,000	
TOTAL						
634.020.684	100,000	0	0,000	634.020.684	100,000	

**6.3 Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	06/01/2023
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	2
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	0

**Ações em Circulação**

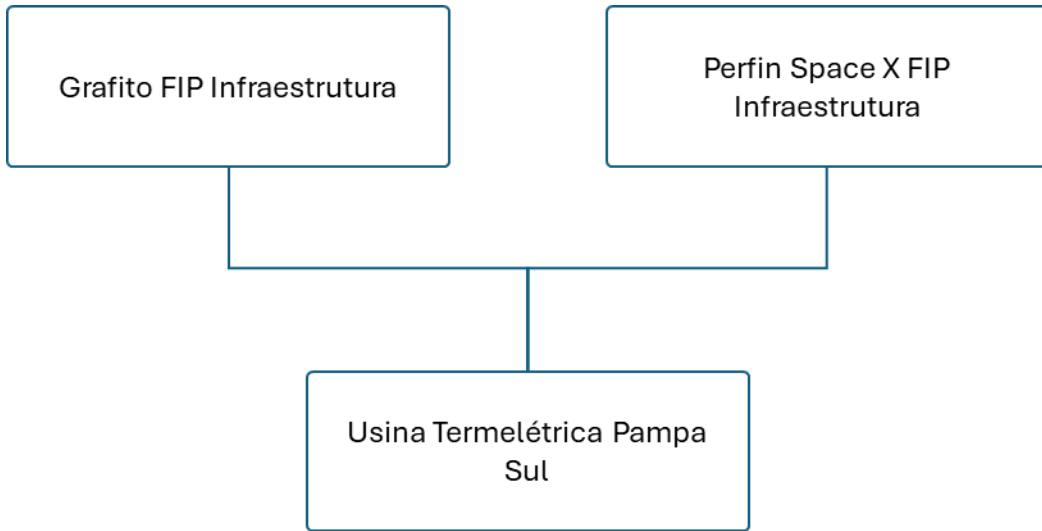
*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

## **6.4 Participação em sociedades**

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

**a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

**b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

**i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

**ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

**iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

**c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

**d. por órgão:**

**i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero**

Item preenchido no quadro 7.1 (d)

**ii número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça**

Item preenchido no quadro 7.1 (d)

**iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes**

Item preenchido no quadro 7.1 (d)

**e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

A Companhia observa, em sua estrutura de governança, as diretrizes e políticas relacionadas à diversidade adotadas por seus atuais controladores.

## **7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal**

### **f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionadas ao clima**

Os órgãos de administração da Companhia acompanham temas relacionados a riscos e oportunidades climáticas no âmbito de suas atribuições de supervisão estratégica, operacional e de gestão de riscos corporativos.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome** ANDRÉ FRANCO PENTEADO MORAES      **CPF:** 330.220.348-90      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador      **Data de Nascimento:** 19/03/1991

**Experiência Profissional:** É administrador formado pelo Insper (2012). Iniciou suas atividades no Banco Brasil Plural, em 2012, como estagiário da área de Investment Banking, posteriormente passando a exercer a função de analista. Entre os anos de 2015 e 2017, trabalhou na Alvarez & Marsal, onde exercia o cargo de Associate na área de Reestruturação de Empresas. Desde 2017, é sócio da Starboard onde exerce cargo de diretor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	31/05/2023

**Nome** FERNÃO FELIPE DE ALMEIDA MAGALHÃES **CPF:** 416.193.738-58 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Financista **Data de Nascimento:** 21/04/1987

**Experiência Profissional:** Formado em 2008 pela Michigan State University, Fernão iniciou suas atividades profissionais na íntegra Associados em 2009 como analista dedicado a processos de reestruturação. Teve ainda passagens pelos departamentos de Project Finance da Renova Energia e Banif Investment Banking, onde por último exerceu o cargo de Associate. Após mais de 7 anos na Highland Capital Brasil, onde exerceu as funções de Diretor da gestora e de uma empresa de portfólio (Targa S.A), se juntou a equipe da Starboard tornando-se sócio em 2020, onde atua como Principal. Após apoiar na construção de uma série de teses de investimento e casos de assessoria em special situations, em 2023 tomou posse como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Pampa Sul.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/06/2025	2 anos	Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores		01/06/2025		31/05/2023

**Nome** IVAN STEINER TRUZZI **CPF:** 370.348.958-80 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 10/08/1988

**Experiência Profissional:** É formado em engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (2016). Iniciou suas atividades no mercado financeiro como estagiário no Banco Brasil Plural, onde trabalhou na área de Special Situations. Em 2017 ingressou na Starboard, atualmente exercendo o cargo de Principal.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	31/05/2023

**Nome** MARCOS DA COSTA LOPES **CPF:** 884.072.090-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 27/07/1976

**Experiência Profissional:** Marcos é graduado em Engenharia Elétrica pela UNIRP, com especialização em Bioeletricidade e Distribuição de Energia pela UNAERP, e em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Com 23 anos de experiência em construção e operação de usinas termelétricas, gerenciou usinas de biomassa na Areva Renováveis, utilizando como combustíveis bagaço de cana-de-açúcar, casca de arroz e resíduos florestais. Desde 2016, Marcos conduz a implementação e o comissionamento das estruturas da Usina Termelétrica Pampa Sul, incluindo a barragem, a linha de transmissão, o turbogerador e a caldeira, atuando atualmente como Diretor Técnico e de Operações.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/08/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor de Operações	01/08/2024		01/08/2024

**Nome** NICOLAS RAMON BANADOS LYON **CPF:** 000.000.000-00 **Passaporte:** F63610289 **Nacionalidade:** Chile **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 07/07/1976

**Experiência Profissional:** Executivo com experiência nos setores de private equity, venture capital e investimentos, com atuação em gestão de portfólio, desenvolvimento de negócios, energia, mineração e mercados emergentes na América Latina. Atualmente atua como Managing Partner da Galgo Capital. É graduado pela The Wharton School, com sólida experiência em investimentos e gestão estratégica de empresas.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	30/04/2024

**Nome** PAULO ALEXANDRE MACEDO DE ALMEIDA      **CPF:** 003.563.887-78      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 01/01/1970

**Experiência Profissional:** Paulo Alexandre Macedo de Almeida é engenheiro eletricista, graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Gestão Empresarial pelo Instituto Universitário de Lisboa (ICSTE), com mais de vinte anos de experiência no setor de energia, com atuação relevante em gestão de projetos, manutenção e operações. Ao longo de sua trajetória profissional, exerceu funções executivas e técnicas em operações de usinas termelétricas, incluindo responsabilidades pela gestão de operações, manutenção e engenharia de ativos de geração de energia, bem como atuação em diferentes tecnologias de geração.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	19/12/2025	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		19/12/2025		19/12/2025

**Nome** PEDRO LUÍS DEL MÔNACO DE PAULA SANTOS      **CPF:** 335.190.508-46      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 18/03/1988

**Experiência Profissional:** É formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (2011). Pedro faz parte da equipe da Perfin Infra desde 2018. Iniciou sua carreira na área de engenharia da unidade de negócios da América Latina da Andrade Gutierrez, em 2010. Na Andrade Gutierrez, entre 2013 e 2014, fez parte da equipe de projetos para concessões de rodovias na Colômbia. Posteriormente, participou da implantação de estaleiro na Venezuela. Nesse período atuou nas áreas de gestão contratual e financiamento à exportação e de desenvolvimento de negócios no Peru e Venezuela. Antes de se juntar à Perfin, foi consultor de projetos e engenharia da Alvarez & Marsal.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2025	Sim	31/05/2023

**Nome** REGINALDO VINHA      **CPF:** 034.296.558-11      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Engenheiro Mecânico      **Data de Nascimento:** 29/08/1956

**Experiência Profissional:** Engenheiro mecânico formado pela Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, com mais de 45 anos de experiência no setor de energia. Atuou por 10 anos na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), onde ocupou cargos de liderança na área de Energia e Utilidades. Foi fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Serviços de Conservação de Energia (ABESCO) e fundador de empresa especializada em eficiência energética. Desde 2000, lidera o desenvolvimento da SERVTEC ENERGIA, conduzindo sua transformação em uma empresa de desenvolvimento, implantação, operação e manutenção de usinas de geração. Ao longo de sua trajetória, participou do desenvolvimento de aproximadamente 3.000 MW em projetos de geração de energia, incluindo fontes hidráulica, termelétrica, eólica e solar.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	30/04/2024

**Nome** RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SARTI      **CPF:** 079.473.746-35      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador      **Data de Nascimento:** 22/05/1987

**Experiência Profissional:** É formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012) e pós-graduado em Engenharia Financeira pelo FIA. Iniciou suas atividades na Alupar entre 2010 e 2012, nas áreas de Relacionamento com Investidores e Project Finance. Na sequência, atuou por mais de 6 anos na área de Planejamento Financeiro da Rio Bravo Investimentos e, por alguns meses, na Guide Investimentos. Por 6 anos, prestou consultoria em modelagem financeira para projetos de infraestrutura por sua empresa própria VPL Cap. Desde 2019, está na Perfin Asset atuando como analista de Private Equity.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	31/05/2023

## 7.4 Composição dos comitês

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui comitês estatutários, nem de auditoria, de riscos, financeiro e de remuneração.

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria "B".

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria "B".

**8.2 Remuneração total por órgão****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00		9,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00		9,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.544.024,70	3.209.883,17		4.753.907,87
Benefícios direto e indireto	0,00	575.451,80		575.451,80
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.056.194,92		2.056.194,92
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.544.024,70</b>	<b>5.841.529,89</b>		<b>7.385.554,59</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.500.000,00	2.900.000,00		4.400.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	450.000,00		450.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.800.463,64		2.800.463,64
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	N/A	N/A		
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>6.150.463,64</b>		<b>7.650.463,64</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	0,00	10,00
Esclarecimento			N/A	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.400.000,00	2.773.000,00	0,00	4.173.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	399.324,93	0,00	399.324,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	455.555,00	0,00	455.555,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	N/A	N/A	N/A	
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.400.000,00</b>	<b>3.627.879,93</b>	<b>0,00</b>	<b>5.027.879,93</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00		8,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00		8,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	466.666,72	2.159.666,67		2.626.333,39
Benefícios direto e indireto	0,00	318.924,00		318.924,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	455.555,00		455.555,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	N/A	N/A		
<b>Total da remuneração</b>	<b>466.666,72</b>	<b>2.934.145,67</b>		<b>3.400.812,39</b>

### **8.3 Remuneração variável**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria “B”.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria "B".

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria "B".

## **8.15 Remuneração mínima, média e máxima**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria "B".

### 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável, uma vez que não há membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária classificados como partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos da Companhia.

## **8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria "B".

**8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)****31/12/2026**

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

**31/12/2025**

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

**31/12/2024**

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

**31/12/2023****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	7.170.563,73	0,00	476.520,10	7.647.083,83
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	004715		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
11/02/2026	01/01/2022		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
<p>Revisão e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") não auditadas referente aos períodos a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2026, de acordo com a NBC TR 2410 Revisão de informações intermediárias; Relatório de auditoria independente em português que compreende o exame do balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026, incluindo as notas explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Revisão e emissão de relatório da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. de acordo com a NBC TO 3000, em relação ao Relatório de assecuração limitada sobre o demonstrativo de cálculo da apuração de Índices Financeiros para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026.</p> <p>Emissão de relatório de recomendação em português.</p>			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
<p>Valor de auditoria: R\$ 301.990,21  Taxas gerais: R\$ 32,98</p>			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Não houve substituição deste auditor.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não houve substituição deste auditor.			

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

A Companhia não contratou, ao longo do ano de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. para a prestação de serviços distintos da auditoria independente.

## **10.1A Descrição dos recursos humanos**

---

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

### **10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

---

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

## **11.2 Transações com partes relacionadas**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas de categoria "B".

**11.2 Itens 'n.' e 'o.'****n. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A conduta dos negócios da Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas pela legislação e/ou regulamentação. A Companhia tem como compromisso que as suas relações comerciais sejam transparentes e equilibradas, certificando-se de que as informações sejam autênticas.

Os procedimentos necessários para a tomada de decisão, no tocante às operações com partes relacionadas, obedecem às determinações estabelecidas no Estatuto Social e na Política de Prevenção de Conflitos de Interesses, disponível no site da Companhia. Em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está expressamente impedido de votar em assunto que tenha interesse conflitante com o da Companhia ou que possa beneficiá-lo de modo particular.

As operações praticadas pela Companhia com partes relacionadas são suportadas por avaliações prévias de seus termos e condições e, principalmente, do estrito interesse da Companhia em sua execução.

**o. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

As operações praticadas pela Companhia com partes relacionadas são suportadas por avaliações prévias sobre seus termos e condições e, principalmente, acerca do estrito interesse da Companhia em sua execução.

Adicionalmente, destaca-se que as operações referidas nos subitens “a” ao “m” foram realizadas em conformidade com as práticas de mercado e em condições comutativas, observando o disposto no art. 245 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
26/07/2023	N/A	1.268.041.368,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.268.041.368	0	1.268.041.368	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
26/07/2023	N/A	1.268.041.368,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.268.041.368	0	1.268.041.368	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
26/07/2023		1.268.041.368,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.268.041.368	0	1.268.041.368	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
31/05/2023		950.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

**12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. - 1ª Emissão – Tranche 1
<b>Data de emissão</b>	15/08/2020
<b>Data de vencimento</b>	15/04/2028
<b>Quantidade</b>	102.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	102.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	75.529.214,01
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476. Em 2022 a referida Instrução foi revogada pela Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, contudo esta prevê no seu artigo 100, parágrafo único, que "as ofertas em curso na data de entrada em vigor desta resolução serão regidas, inclusive no que tange às restrições à negociação em mercado secundário dos valores mobiliários ofertados, pelas normas vigentes: I – na data do protocolo do requerimento de registro; ou II – na data em que informado o início da oferta, no caso de ofertas isentas de registro."
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Vide item 12.9 deste formulário
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se assembleia geral de debenturistas, devendo a convocação ser realizada em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação do edital de convocação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, sendo que cada debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto. As propostas da Emissora de alteração de (i) Remuneração; (ii) Datas de Pagamento da Remuneração ou quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, incluindo condições de amortização e resgate; (iii) Data de Vencimento ou prazo de vigência; (iv) valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) redação de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado; (vi) alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão; e (vii) criação de evento de repactuação, dependerão da aprovação de 75% das Debêntures em Circulação.
<b>Outras características relevantes</b>	As debêntures foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro perante a CVM, sendo a distribuição pública realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.
-----	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. - 1ª Emissão – Tranche 2
<b>Data de emissão</b>	15/08/2020
<b>Data de vencimento</b>	15/10/2036
<b>Quantidade</b>	238.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	238.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	332.793.949,07

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476. Em 2022 a referida Instrução foi revogada pela Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, contudo esta prevê no seu artigo 100, parágrafo único, que "as ofertas em curso na data de entrada em vigor desta resolução serão regidas, inclusive no que tange às restrições à negociação em mercado secundário dos valores mobiliários ofertados, pelas normas vigentes: I – na data do protocolo do requerimento de registro; ou II – na data em que informado o início da oferta, no caso de ofertas isentas de registro."
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Vide item 12.9 deste formulário.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se assembleia geral de debenturistas, devendo a convocação ser realizada em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação do edital de convocação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, sendo que cada debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto. As propostas da Emissora de alteração de (i) Remuneração; (ii) Datas de Pagamento da Remuneração ou quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, incluindo condições de amortização e resgate; (iii) Data de Vencimento ou prazo de vigência; (iv) valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) redação de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado; (vi) alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão; e (vii) criação de evento de repactuação, dependerão da aprovação de 75% das Debêntures em Circulação.
<b>Outras características relevantes</b>	As debêntures foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro perante a CVM, sendo a distribuição pública realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.
-----	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. - 2ª Emissão – Tranche 1
<b>Data de emissão</b>	15/10/2020
<b>Data de vencimento</b>	15/04/2038
<b>Quantidade</b>	150.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	150.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	109.242.321,46
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Vide item 12.9 deste formulário

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se assembleia geral de debenturistas, devendo a convocação ser realizada em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação do edital de convocação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, sendo que cada debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto. As propostas da Emissora de alteração de (i) Remuneração; (ii) Datas de Pagamento da Remuneração ou quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, incluindo condições de amortização e resgate; (iii) Data de Vencimento ou prazo de vigência; (iv) valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) redação de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado; (vi) alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão; e (vii) criação de evento de repactuação, dependerão da aprovação de 75% das Debêntures em Circulação.

**Valor mobiliário**

**Debêntures**

**Identificação do valor mobiliário**

Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. - 2ª Emissão – Tranche 2

**Data de emissão**

15/10/2020

**Data de vencimento**

15/10/2036

**Quantidade**

432.000

**Valor nominal global R\$**

432.000.000,00

**Saldo Devedor em Aberto**

594.134.625,79

**Restrição a circulação**

Não

**Conversibilidade**

Não

**Possibilidade resgate**

Não

**Características dos valores mobiliários de dívida**

Vide item 12.9 deste formulário

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se assembleia geral de debenturistas, devendo a convocação ser realizada em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação do edital de convocação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, sendo que cada debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto. As propostas da Emissora de alteração de (i) Remuneração; (ii) Datas de Pagamento da Remuneração ou quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, incluindo condições de amortização e resgate; (iii) Data de Vencimento ou prazo de vigência; (iv) valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) redação de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado; (vi) alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão; e (vii) criação de evento de repactuação, dependerão da aprovação de 75% das Debêntures em Circulação.

**12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	11658	415	0

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

As Debêntures em circulação referentes à 1ª e 2ª emissões da Companhia, referidas no item 12.3, estão registradas para negociação no mercado secundário por meio da CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob códigos UTPS11, UTPS21, UTPS12 e UTPS22.

## **12.6 Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
FERNAO FELIPE DE ALMEIDA MAGALHAES	Diretor de Relações com Investidores
PAULO ALEXANDRE MACEDO DE ALMEIDA	Diretor Presidente

### 13.1 Declaração do diretor presidente

#### DECLARAÇÃO

Eu, Paulo Alexandre Macedo de Almeida, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 08446220-9 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 003.563.887-78, na condição de Diretor Presidente da USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A., declaro que para fins do atendimento ao disposto no item 13.1 do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022 e suas alterações que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes à suas atividades.

Pelotas/RS, 25 de maio de 2026.

*Paulo Alexandre Macedo de Almeida*  
Diretor Presidente

### **13.1 Declaração do diretor presidente**

### 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

#### DECLARAÇÃO

Eu, Fernão Felipe de Almeida Magalhães, brasileiro, em união estável, financista, portador da cédula de identidade RG nº 43740234-4 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 416.193.738-58, na condição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A., declaro que para fins do atendimento ao disposto no item 13.1 do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022 e suas alterações que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes à suas atividades.

Pelotas/RS, 25 de maio de 2026.

*Fernão Felipe de Almeida Magalhães*

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

### **13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**

## **13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual**

Documento não preenchido.